



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 05/2023

CONTRATO N. 05/2023/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0001462-61.2022.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADOS TIPO *SPLIT* E CORTINAS DE AR, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS OU RECOMENDADAS PELO FABRICANTE, SEM ÔNUS ADICIONAL.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e do CPF *****.106.849-****, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.850.772/0001-61, com sede na Rua Otávio Rola, n. 711, Bairro Nova Estação, Município de Rio Branco, Estado do Acre, CEP: 69.918-388, Telefones: (68) 3222-7879 / 99981-9248, E-mails: azul.refrigeração@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhor **GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº *****.763/SSP-AC** e CPF nº *****.503.182-****, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 179/2023-PRES/DG/GABDG, de 01/03/2023 (evento [0981620](#)); e o Termo de Homologação da Licitação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constante no Despacho 385/2023-PRES/DG/GABDG, de 13/04/2023 (evento [0998711](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,

DO OBJETO

(Artigo 55, I, II e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, pertencentes ao acervo patrimonial da Justiça Eleitoral de Rondônia, consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência respectivo, proposta da **CONTRATADA**, conforme unidades localizadas nos diversos municípios do Estado de Rondônia indicadas na Tabela 1:

TABELA 1	
LOTE	MUNICÍPIOS
1	Porto Velho, Guajará Mirim, Ariquemes, Buritis e Machadinho do Oeste
2	Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Alvorada do Oeste, Presidente Médici, São Miguel do Guaporé e Costa Marques
3	Pimenta Bueno, Cacoal, Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Espigão do Oeste, Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras

Subcláusula Primeira - O quantitativo de aparelhos em uso encontra-se listado no Anexo VI do Termo de Referência respectivo (evento [0836687](#)). Esse quantitativo poderá ser alterado, no interesse da Administração, como no caso de desativação ou aquisição de novas máquinas. Assim, embora reais à época do certame, os quantitativos foram adotados apenas como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referência para formação do valor total estimado deste contrato e parâmetro para a proposta do valor de cada serviço a ser executado.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá realizar vistoria inicial detalhada em todos os equipamentos, que poderá ser executada concomitantemente com a primeira manutenção preventiva, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo se a CONTRATADA, após a assinatura do contrato, decidir antecipá-la.

Subcláusula Terceira – No Termo de Referência respectivo (Capítulo III) consta o detalhamento minucioso do objeto deste contrato, incluindo: o quantitativo de aparelhos; a vistoria inicial; os serviços de instalação; os serviços de desinstalação; os serviços de manutenção; a manutenção preventiva; cortinas de ar; aparelhos condicionadores de ar; os serviços de manutenção corretiva; garantia dos serviços; os materiais/componentes a serem utilizados; os componentes de maior relevância e a garantia das peças.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo os critérios de sustentabilidade ambiental, e as condições de habilitações, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação.

Subcláusula Quinta - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas nos respectivos Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, incluindo o Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, incluindo os a seguir indicados:

1. Anexo I do Termo de Referência - Ficha Histórico (evento [0836678](#));
2. Anexo II do Termo de Referência - Relatório de Atendimento Preventivo (evento [0836680](#));
3. Anexo III do Termo de Referência - Relatório de Atendimento Corretivo (evento [0836681](#));
4. Anexo IV do Termo de Referência - Relatório de Instalação/desinstalação (evento [0836683](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Anexo V do Termo de Referência - Relatório Sintético de Atendimento (evento [0836685](#));
6. Anexo VI do Termo de Referência - Quantidade de máquinas no TRE-RO (evento [0836687](#));
7. Anexo VII do Termo de Referência - Planilha Padrão de Proposta (evento [0836690](#));
8. Anexo VIII do Termo de Referência - Abertura de Chamado (evento [0836693](#));
9. Anexo IX do Termo de Referência - Controle de Rotinas (evento [0836695](#));
10. Anexo X do Termo de Referência - Endereço das Edificações (evento [0836704](#)).

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA – Quanto ao início das atividades, a execução dos serviços, objeto deste instrumento, iniciar-se-ão a partir do recebimento da Ordem de Serviço e a apresentação junto ao CONTRATANTE dos seguintes documentos:

I - Comprovação da garantia contratual, na forma do subitem 11.2 do Termo de Referência; e

II - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme subitem 13.10 do Termo de Referência.

Subcláusula Única - O descumprimento injustificado das obrigações descritas nos subitens anteriores sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas no termo de referência e neste contrato.

DO HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto ao horário para realização dos serviços deverão ser observados:

I - Os serviços serão sempre executados nos dias e horários de funcionamento do local designado onde será prestado o atendimento, conforme Resolução vigente do TRE-RO; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Caso seja necessária a prestação de serviços em horário diversos dos informados no subitem anterior, inclusive em finais de semana e feriados, o CONTRATANTE indicará expressamente o horário diverso na abertura do chamado.

DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

CLÁUSULA QUARTA – Quanto aos procedimentos das manutenções supramencionadas, deverão ser observados:

I - As manutenções preventivas devem ser realizadas com estrito cumprimento da periodicidade do cronograma contido no **Anexo IX do TR (CONTROLE DE ROTINAS** - evento [0836695](#)), podendo sofrer pequenas variações desde que previamente aprovadas pelo gestor do contrato; e

II - A CONTRATADA deverá entrar em contato com o fiscal do local de atendimento para agendar os trabalhos com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para a realização das manutenções.

DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS, INSTALAÇÕES E DESINSTALAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – Quanto aos procedimentos das manutenções supramencionadas, deverão ser observados:

I - O CONTRATANTE abrirá o chamado através de e-mail, ligação telefônica, mensagem, ou outra forma por ela indicada, conforme modelo indicado no **Anexo VIII - Abertura de Chamado** (evento [0836693](#));

II - A equipe técnica da CONTRATADA deverá comparecer no local de atendimento até 24 (vinte e quatro) horas do dia útil subsequente, contados do recebimento do CHAMADO ORDINÁRIO;

III - Em caso de **CHAMADO URGENTE**, a equipe da CONTRATADA deverá comparecer no local de atendimento até 12 (doze) horas do dia útil subsequente, contados do recebimento do chamado, sendo que:

a) O prazo de execução dos serviços deverá ser negociado diretamente com o fiscal do contrato no local da prestação do serviço;

IV - O recebimento dos serviços dar-se-á pela assinatura do fiscal do contrato (Subitem 17.2 do TR) na respectiva ficha histórico do equipamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e no relatório do serviço realizado, onde serão anexadas fotos do equipamento, na forma dos itens 3.3, d, 3.4, b, 3.5, g e 3.6.1, d. todos do Termo de Referência; e

V - A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE a conclusão dos serviços e o fechamento do chamado, utilizará da mesma forma empregada para a abertura do chamado.

DOS TENDIMENTOS EMERGENCIAIS

CLÁUSULA SEXTA – Para os serviços de emergência deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - O CONTRATANTE poderá acionar a CONTRATADA para atendimentos **emergenciais** de manutenção corretiva, instalação e desinstalação, sendo que, nesses casos, a CONTRATADA deverá atender o chamado conforme a situação abaixo indicada:

- a) Comparecer ao local de atendimento em no máximo até 12 (doze) horas do dia útil subsequente, contados do recebimento do chamado; e
- b) Comparecer ao local de atendimento em dias e horários não comerciais, em caso de determinação do gestor do contrato.

II – Os atendimentos considerados emergenciais:

- a) Como regra, são aqueles destinados a sanar ocorrências que comprometam o funcionamento da unidade solicitante ou que, por suas características, evidenciem o risco iminente dessa consequência; e
- b) Do mesmo modo, outras situações que, a juízo justificado do gestor do contrato, exijam pronta intervenção da CONTRATADA.

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU nº 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando ao contratado, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução do contrato, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% (cinquenta por cento) DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PREVENTIVA. Essa faculdade tem como justificativa promover a redução de custos dos serviços realizados periodicamente, conforme cronograma previsto no Anexo IX DO TR - CONTROLE DE ROTINAS (Evento [0836695](#)). Além disso, a contratada não necessitará, se assim decidir, expandir sua estrutura própria para cumprir a manutenção de todas as máquinas dentro do período fixado no cronograma. A subcontratação observará as regras abaixo:

I. A CONTRATADA deverá solicitar previa autorização para subcontratação, devendo informar:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) Nome e CPF do(s) sócio(s);
- d) Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade
- e) Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- f) Justificativa para subcontratação;

II. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, tipo menor preço por lote.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

(Art. 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 19/06/2023, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 283.897,65** (duzentos e oitenta e três mil oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos), para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA (eventos [0990809](#) e [0990810](#)) e detalhamento constante no Anexo I deste instrumento.

OBJETO/SERVIÇO	Valor estimado (compreendendo o período de 12 meses)		
	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3
Manutenção Preventiva	R\$ 76.925,70	R\$ 72.715,88	R\$ 86.277,15
Manutenção Corretiva	R\$ 3.840,28	R\$ 3.600,79	R\$ 4.299,85
Serviço de instalação	R\$ 1.942,60	R\$ 1.867,55	R\$ 2.432,69
Serviço de desinstalação	R\$ 1.931,69	R\$ 1.850,46	R\$ 2.213,01
SUB-TOTAL	R\$ 84.640,27	R\$ 80.034,68	R\$ 95.222,70
Aquisição de Peças de maior relevância (valor estimado FIXO, não objeto de disputa na licitação)	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
VALOR GLOBAL DO LOTE + Valor estimado FIXO	R\$ 92.640,27	R\$ 88.034,68	R\$ 103.222,70
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO	R\$ 283.897,65		

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, tais como: mão-de-obra, tributos incidentes, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, materiais,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deslocamentos, lucro e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da Fonte de Recurso: 10000000000 e Natureza da Despesa 339039 constantes no Orçamento da Justiça Eleitoral, conforme Nota de Empenho nº 2023NE000253, de 13/04/2023 (evento [0999804](#)), conforme detalhamento a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA		
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno
Ordinário	Ar-Condicionado SPLIT - serviços de manutenção preventiva e corretiva	IEF MANPRE

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mensalmente, pelos serviços efetivamente prestados no mês anterior, mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, **até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura**, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços, observando que:

- Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória;
- Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a CONTRATADA informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.
- O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Para comprovação do cumprimento do cronograma de manutenções preventivas e da realização de manutenções corretivas, instalações, desinstalações, fornecimento de peças, e para atendimento do subitem 13.20 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, **até o dia 10 (dez) do mês subsequente às prestações de serviços, separados por município**, preferencialmente em formato eletrônico PDF, os seguintes documentos, os seguintes documentos:

- a) Notas Fiscais;
- b) Relatório Sintético de Atendimentos, assinado pelo representante da CONTRATADA, conforme modelo constante no **Anexo V** do Termo de Referência (evento [0836685](#));
- c) Fichas de atendimento devidamente preenchidas e assinadas, conforme o caso:
 - c1) Relatórios de Atendimento Preventivo, conforme modelo constante no **Anexo II** (evento [0836680](#)) e subitem 3.3, d, do Termo de Referência;
 - c2) Relatórios de Atendimento Corretivo, conforme modelo constante no **Anexo III** (evento [0836681](#)) e subitem 3.4, b, do Termo de Referência;
 - c3) Relatórios de Instalação/Desinstalação, conforme modelo constante no **Anexo IV** (evento [0836683](#)) e subitens 3.5, f e 3.6.1, d, do Termo de Referência.
- d) Cópia da Ficha Histórico de cada equipamento com todas as anotações necessárias e assinaturas;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo sítio eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.
- f) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>;
- g) Certidão de Regularidade do FGTS emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.caixa.gov.br>.

II - Os serviços somente serão considerados prestados quando observados os seguintes procedimentos:

- a) As fichas de Atendimento Preventivo, Corretivo e Instalação/Desinstalação estiverem assinadas pelo fiscal deste contrato conforme



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 17 do Termo de Referência e pelo técnico da CONTRATADA que realizou os serviços;

b) O Relatório Sintético de Atendimentos esteja assinado pelo Representante da CONTRATADA;

c) Os atendimentos constantes nas Fichas de Atendimento Preventivo, Corretivo e Instalação/ Desinstalação, estejam anotadas na Ficha Histórico, **Anexo I** do Termo de Referência (evento [0836678](#)), conforme estabelecido no subitem 13.23 do Termo de Referência.

III - O valor mensal dos serviços corresponderá ao valor dos serviços efetivamente prestados no período, acrescido do valor das peças de maior relevância aprovadas, conforme relatórios apresentados, em atendimento aos subitens 15.2.2, 15.2.3 e 15.2.4 todos do Termo de Referência, observando que:

a) Quando prestados serviços de instalação e/ou desinstalação, os valores da prestação do serviço considerarão os itens constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA (Anexo VII do Termo Referência – evento [0836690](#)) nos quadros *Decomposição dos Valores de Instalação* e *Decomposição dos Valores de Desinstalação*, conforme o caso, calculados em razão da efetiva execução e uso de material anotados na ficha de Instalação/ Desinstalação, conforme modelo constante no Anexo IV do Termo Referência (evento [0836683](#));

b) Haverá glosa dos valores quando a execução do chamado contemplar apenas alguns itens do total do serviço. Neste caso serão glosados os valores proporcionalmente aos serviços não executados;

c) Será considerado REABERTURA DE CHAMADO, no entanto, com ônus integral dos custos do novo chamado para a CONTRATADA, inclusive de peças, quando:

c1) Aberto novo chamado para a mesma ocorrência dentro do período de garantia de chamado anterior;

c2) Aberto novo chamado para substituir peça dentro do prazo de garantia da peça antes substituída.

IV - O CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os fornecimentos e os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas neste contrato e no Termo de Referência.

V - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> $I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$ <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
----------------------------	---

VI - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GARANTIA

(Art. 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no § 1º do referido dispositivo legal, no valor de **R\$ 14.194,88** (quatorze mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos), correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total deste contrato, com prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia referida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão Contratante.

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

Subcláusula Quarta – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão deste contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não, bem como poderá ocasionar outras penalidades cabíveis.

Subcláusula Quinta – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

Subcláusula Sexta – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

Subcláusula Sétima – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava – A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual.

Subcláusula Nona – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

Subcláusula Décima – A garantia será considerada extinta:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. Após vencido o prazo de 3 (três) meses do término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Subcláusula Décima Primeira– A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para cobrir as despesas necessárias.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização, deverá ser observado o que segue:

I - A gestão deste contrato será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP, com as seguintes atribuições, entre outras atividades:

- a) Emitir Chamados Técnicos, a partir de solicitações das unidades;
- b) Emitir Nota Técnica mensalmente e remeter os autos para pagamento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Realizar pesquisas de preços e autorizar reposição de peças maior relevância;

d) Cumprir as demais competências de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE-RO nº 004/2008.

II - A fiscalização desta contratação será de responsabilidade do administrador do local onde os serviços estiverem sendo prestados, incluindo os casos em que houver prestação dos serviços em locais de uso temporário pelo TRE-RO, com as seguintes atribuições:

a) Verificar se os serviços estão sendo prestados com a qualidade necessária;

b) Aferir o material utilizado e serviços realizados e assinar a Ficha de Atendimento apresentada pelo CONTRATADO, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos neste termo de referência;

c) Fornecer, preferencialmente em formato digital PDF, via e-mail, cópia da Ficha Histórico de cada equipamento, ao final de cada atendimento anotado pelo CONTRATADO na referida ficha.

d) Cumprir as demais competências de gestor estabelecidas no art. 27 da IN/TRE-RO nº 004/2008

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se o CONTRATANTE a:

1. Emitir a Ordem de Serviço em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Aprovar, recusar ou apresentar alternativa para execução do cronograma de manutenções preventivas;
3. Realizar abertura dos chamados com o menor tempo possível;
4. Aprovar ou rejeitar solicitação de autorização de subcontratação;
5. Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos de apoio indispensável à execução dos serviços;
6. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas;
7. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados, notificando a CONTRATADA para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
8. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
9. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
10. Efetuar o pagamento, após verificar a regularidade da nota fiscal, acompanhada dos relatórios técnicos mensais;
11. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;
12. Aplicar penalidades pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou, relevá-lo, se justificado; e
13. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se a CONTRATADA a:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Apresentar Garantia Contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;
2. Apresentar, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, as datas de execução dos serviços de manutenção preventiva a fim de cumprir as rotinas previstas no **Anexo IX do Termo Referência - CONTROLE DE ROTINAS** (evento [0836695](#));
3. Iniciar, a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a prestação do objeto contratado, mantendo Ficha de Acompanhamento Individual para cada equipamento;
4. Encaminhar mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, nota Fiscal, por município, acompanhada dos relatórios dos serviços realizados, conforme subitem 15.2.2 do Termo Referência;
5. Apresentar orçamento detalhado, caso durante uma manutenção ocorra a necessidade de substituição de peças/componentes de valor mais relevante, contendo a descrição da peça a ser trocada e seu valor unitário;
6. Fornecer, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da retirada dos equipamentos, Laudo Técnico Individualizado contendo: número do patrimônio; marca; descrição dos defeitos encontrados e dos procedimentos que serão executados para saná-los;
7. Refazer, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, os serviços não aceitos pelo fiscal do contrato;
8. Manter atualizados junto ao CONTRATANTE, através do endereço eletrônico semap@tre-ro.jus.br, os contatos telefônicos para registro de chamados de emergência e disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;
9. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados, quando da prestação dos serviços e fornecer os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
10. Registrar no **Conselho de Classe Profissional** a devida ART pelos serviços objeto do Termo de Referência e deste instrumento em nome do técnico devidamente qualificado para esse fim e apresentá-la à CONTRATADA em no máximo 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;
11. Comunicar imediatamente o desligamento do Responsável Técnico da ART registrada e apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o desligamento do Responsável Técnico a ART do novo profissional responsável pela execução do serviço;

12. Zelar pela limpeza nos ambientes da unidade durante a execução dos serviços;

13. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pelo CONTRATANTE;

16. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente por seus empregados nos aparelhos condicionadores, ao patrimônio do CONTRATANTE ou terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços ainda que de forma involuntária;

17. Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira e manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

18. Cumprir todas as obrigações trabalhistas de seu pessoal, a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados;

19. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida na licitação;

20. Manter atualizados os registros na Ficha Histórico de cada equipamento, a cada intervenção realizada;

21. Manter o endereço de e-mail sempre ativo e monitorado para recebimento das aberturas de chamado;

22. Informar imediatamente ao CONTRATANTE em caso de mudança do endereço de e-mail citado no subitem anterior;

23. Utilizar os modelos desta contratação (Anexos II, III, IV e V do Termo de Referência) quando apresentar relatórios ao CONTRATANTE, podendo,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caso queira, incluir logomarca da empresa, sem suprimir quaisquer das informações nos modelos contidas;

24. Executar todos os serviços objeto do contrato, nos prazos, condições e especificações, em estrito cumprimento das regras contratuais, editais e de sua proposta;

25. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93; e

26. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

1. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo para comparecer ao local de atendimento até 24 (vinte e quatro) horas do dia útil subsequente ao da abertura dos chamados ordinários:

- a) Até 2 (dois) atrasos, advertência;
- b) De 3 (três) a 5 (cinco) atrasos, multa de 2% (dois por cento) por atraso;
- c) De 6 (seis) a 8 (oito) atrasos, multa de 3% (três por cento) por atraso;
- d) A ocorrência de atrasos superiores a 8 (oito) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

2. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 12 (doze) horas para o comparecimento no local de atendimento dos chamados emergenciais:

- a) Até 2 (dois) atrasos, penalidade de advertência;
- b) De 3 (três) a 5 (cinco) atrasos, multa de 3% (três por cento) por atraso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) De 6 (seis) a 8 (oito) atrasos, multa de 5% (cinco por cento) por atraso;
 - d) A ocorrência de atrasos superiores a 8 (oito) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
3. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 1 (um) dia útil para o refazimento de serviços recusados pelo fiscal do contrato:
- a) Até 2 (dois) descumprimentos, penalidade de advertência;
 - b) De 2(dois) a 5(cinco) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) por atraso;
 - c) De 6(seis) a 8(oito) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por atraso;
 - d) A ocorrência de atrasos superiores a 8 (oito) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
4. Descumprir, de forma injustificada, a obrigação de entregar mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, as notas fiscais/faturas acompanhadas dos relatórios, fichas e certidões de regularidades exigidas no contrato:
- a) Até 2 (duas) ocorrências, penalidade de advertência;
 - b) De 2 (dois) a 5(cinco) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por evento;
 - c) De 6 (seis) a 8(oito) descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) por evento;
 - d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 8 (oito) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
5. Independentemente da glosa contratual, descumprir, de forma injustificada, a obrigação de preencher corretamente os relatórios de atendimento e as fichas de acompanhamento dos equipamentos, nos termos exigidos pelo contrato:
- a) Até 2 (duas) ocorrências, penalidade de advertência;
 - b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) por evento;
 - c) De 6 (seis) a 8(oito) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por evento;
 - d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 8 (oito) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, regularmente notificadas pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Até 2 (dois) descumprimentos, penalidade de advertência;
- b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) por evento;
- c) De 6 (seis) a 8 (oito) descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por evento;
- d) A ocorrência de descumprimentos superiores a 8 (oito) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

Subcláusula Primeira - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste instrumento e no Termo de Referência e seus anexos, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Segunda - Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, e sem prejuízo da rescisão contratual, está sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, a licitante que:

- a) deixar de entregar documentação exigida neste contrato ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) não manter a proposta;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa; ou
- g) cometer fraude fiscal.

Subcláusula Quarta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas neste Edital, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar, de imediato, penalidades mais severas.

Subcláusula Sexta - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Sétima - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primário a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Oitava - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

Subcláusula Nona – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Primeira – De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO);

Subcláusula Décima Segunda - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima Terceira – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;

Subcláusula Décima Quarta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;

Subcláusula Décima Quinta - As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE;

Subcláusula Décima Sexta - A CONTRATADA se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Sétima - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Oitava - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo artigo 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Segunda – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o parágrafo segundo do artigo 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta - Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DO REAJUSTE

(Artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,

5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;

2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;

3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;

4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;

5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;

7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;

8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.702/2022, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme, e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 02 de maio de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I AO CONTRATO TRE-RO N. 05/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0001462-61.2022.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2023

QUADRO DE PREÇOS DO CONTRATO 05/2023

EMPRESA CHAMA AZUL

PORTO VELHO						
LOTE	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de	SPLIT até 18.000	SPLIT de 18.001	SPLIT de	SPLIT de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		ar	BTU's	até 30.000 BTU's	30.001 até 36.000 BTU's	36.001 até 60.000 BTU's
01	Manutenção preventiva	R\$ 80,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,08	R\$ 250,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00
	Instalação	R\$ 274,63	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15
	Desinstalação	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36
	Quantidade	0	26	39	2	8
	GUAJARÁ-MIRIM					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 80,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00
	Instalação	R\$ 274,63	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15
	Desinstalação	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36
	Quantidade	0	3	5	0	0
	ARIQUEMES					

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 80,00	R\$ 150,00	R\$ 163,31	R\$ 200,00	R\$ 250,00
Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00
Instalação	R\$ 274,63	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15
Desinstalação	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36
Quantidade	0	2	4	4	2
BURITIS					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 80,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00
Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00
Instalação	R\$ 274,63	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15
Desinstalação	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Quantidade	1	4	5	0	0
	MACHADINHO DO OESTE					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 80,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00
	Instalação	R\$ 274,63	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15	R\$ 567,15
	Desinstalação	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36	R\$ 165,36
	Quantidade	1	3	7	0	0
02	JI-PARANÁ					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 264,30	R\$ 303,94	R\$ 140,59	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 150,00	R\$ 158,58	R\$ 130,00	R\$ 100,00
	Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$	R\$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				615,79	615,79
Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Quantidade	1	4	3	2	0
OURO PRETO DO OESTE					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 165,00	R\$ 303,94	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 130,00	R\$ 158,58	R\$ 130,00	R\$ 100,00
Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79
Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Quantidade	0	0	10	0	0
JARU					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 100,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 100,00
	Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	0	4	7	0	0
	ALVORADA DO OESTE					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 264,30	R\$ 303,94	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 150,00	R\$ 158,58	R\$ 130,00	R\$ 100,00
	Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	1	3	5	0	0
	PRESIDENTE MÉDICI					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000	SPLIT de 36.001 até 60.000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				BTU's	BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 264,30	R\$ 303,94	R\$ 150,00	R\$ 198,22
Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 150,00	R\$ 158,58	R\$ 130,00	R\$ 132,15
Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79
Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Quantidade	1	5	5	0	0
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 264,30	R\$ 303,94	R\$ 150,00	R\$ 198,22
Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 150,00	R\$ 158,58	R\$ 130,00	R\$ 132,15
Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79
Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Quantidade	1	3	5	0	0
COSTA MARQUES					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de	SPLIT até	SPLIT de	SPLIT	SPLIT



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		ar	18.000 BTU's	18.001 até 30.000 BTU's	de 30.001 até 36.000 BTU's	de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 100,00	R\$ 264,30	R\$ 303,94	R\$ 150,00	R\$ 198,22
	Manutenção corretiva	R\$ 30,00	R\$ 150,00	R\$ 158,58	R\$ 130,00	R\$ 132,15
	Instalação	R\$ 298,61	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79	R\$ 615,79
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	1	5	5	0	0
03	PIMENTA BUENO					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 260,73	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	0	3	3	0	0

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CACOAL					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 70,15	R\$ 250,00	R\$ 280,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Quantidade	1	3	7	0	0
ROLIM DE MOURA					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 280,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Equipamentos	1	1	7	0	0
SANTA LUZIA DO OESTE					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 280,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
Quantidade	1	1	4	0	0
ALTA FLORESTA DO OESTE					
SERVIÇOS	Equipamentos				
	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
Manutenção	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$	R\$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	corretiva				130,00	130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	1	4	8	0	0
	NOVA BRASILÂNDIA					
	Equipamentos					
	SERVIÇOS	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	1	3	4	0	0
	ESPIGÃO DO OESTE					
	Equipamentos					
	SERVIÇOS	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	0	0	5	0	0
	VILHENA					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	0	1	5	0	0
	CEREJEIRAS					
	SERVIÇOS	Equipamentos				
		Cortina de ar	SPLIT até 18.000	SPLIT de 18.001	SPLIT de 30.001	SPLIT de 36.001



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			BTU's	até 30.000 BTU's	até 36.000 BTU's	até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	2	0	6	0	0
	COLORADO DO OESTE					
	Equipamentos					
	SERVIÇOS	Cortina de ar	SPLIT até 18.000 BTU's	SPLIT de 18.001 até 30.000 BTU's	SPLIT de 30.001 até 36.000 BTU's	SPLIT de 36.001 até 60.000 BTU's
	Manutenção preventiva	R\$ 70,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
	Manutenção corretiva	R\$ 50,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00
	Instalação	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91	R\$ 857,91
	Desinstalação	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26	R\$ 230,26
	Quantidade	0	2	9	0	0



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/05/2023, às 15:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA, Usuário Externo**, em 09/05/2023, às 08:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/05/2023, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 09/05/2023, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1004814** e o código CRC **49DD6542**.

0001462-61.2022.6.22.8000

1004814v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, e nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I da Lei n. 8.666/93, bem como o disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência.

1.2. Tratando-se de objeto comum, entende-se que os serviços descritos neste termo de referência poderão ser contratados por meio de licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote**, em cumprimento à Lei nº 10.520, de 17/7/2002 e do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para executar serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia nos diversos municípios do Estado indicados na Tabela 1 do item 4 deste documento.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Do quantitativo de aparelhos:

O quantitativo de aparelhos em uso encontra-se listado no **Anexo VI deste TR (0836687)**. Esse quantitativo poderá ser alterado, no interesse da Administração, como no caso de desativação ou aquisição de novas máquinas. Assim, os quantitativos, embora reais nesta data, são adotados apenas como referência para formação do valor total estimado do contrato e parâmetro para a proposta do valor de cada serviço a ser executado.

3.2. Da vistoria inicial:

A CONTRATADA deverá realizar vistoria inicial detalhada em todos os equipamentos, que poderá ser executada concomitantemente com a primeira manutenção preventiva, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo se a contratada, após a assinatura do contrato, decidir antecipá-la.

3.3. Dos serviços de instalação:

- a. Instalação é a colocação de aparelho condicionador de ar, composto de condensadora e evaporadora, ou de aparelho cortina de ar, incluindo as instalações, em ambiente determinado.
- b. A instalação será sempre realizada em unidades utilizadas pela Justiça Eleitoral, sejam estas permanentes ou provisórias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Na instalação, estão inclusos todos os elementos constantes no item **Decomposição dos Valores de Instalação** apresentados na proposta da licitante, em conformidade com a Planilha de Proposta Anexo VII (0836690).
- d. **Os relatórios de serviços de instalação devem conter registros fotográficos das etapas dos serviços efetuados, conforme consta no Evento [0836683](#).**

3.4. Dos serviços de desinstalação:

- a. **Desinstalação** é a retirada de aparelhos (para condicionado ou cortina de ar) e de todos seus acessórios do local onde se encontram instalados. Na desinstalação estão inclusos todos os elementos constantes no item **Decomposição dos Valores de Desinstalação** apresentados na proposta da licitante, em conformidade com a Planilha de Proposta Anexo VII (0836690).
- b. **Os relatórios de serviços de desinstalação devem conter registros fotográficos das etapas dos serviços efetuados, conforme consta no Evento [0836683](#).**

3.5. Dos serviços de MANUTENÇÃO:

- a. **Manutenção** é o conjunto de atividades técnicas, de natureza preventiva ou corretiva, com vistas à preservação da vida útil dos aparelhos, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação dos equipamentos, instalações, sistemas ou suas partes.
 - b. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser realizados por técnicos especializados, com emprego de técnica aperfeiçoada, ferramentas adequadas para o tipo de equipamento e deverá, obrigatoriamente, seguir as normas aplicáveis aos serviços a serem prestados, quais sejam, as normas indicadas no subitem 5.2, sendo que na falta de normas da ABNT utilizar normas internacionais consagradas e especificações dos fabricantes dos aparelhos;
- 3. É responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE o fornecimento e a aplicação de **materiais de menor custo definido no subitem 3.8.1 deste TR;**
 - 4. Nas manutenções preventivas ou corretivas deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA;

5. A CONTRATADA, sempre que solicitado, emitirá laudo técnico informando sobre condições de reparo e/ou manutenção.
6. **Os relatórios de serviços de atendimento preventivo devem conter registros fotográficos das etapas dos serviços efetuados, conforme consta no Evento [0836680](#).**

3.5.1. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- a. **Manutenção Preventiva** é a manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um equipamento.
- b. A manutenção preventiva será feita nas CORTINAS DE AR e nos APARELHOS CONDICIONADORES DE AR nas unidades deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.
- c. A contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil após a assinatura do contrato, um cronograma das datas dos serviços de manutenção preventiva previstas nos subitens 3.5.2 e 3.5.3, tendo como parâmetro o **Anexo IX - Controle de Rotinas [Cronograma]** (0836695).

3.5.2. CORTINAS DE AR: Devem ser realizadas 02 (duas) **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS** anualmente nos aparelhos cortina de ar, com periodicidade semestral, conforme **Anexo IX - Controle de Rotinas - Cronograma (0836695)**, devendo ser realizadas as rotinas nele previstas.

- a. A primeira manutenção preventiva deve ser realizada concomitantemente com a vistoria inicial, **nos primeiros 30 (trinta dias)** após a assinatura do contrato. As demais manutenções devem ser realizadas com intervalos aproximados de 180 (cento e oitenta) dias. Indica que há mais de 2 manutenções.
- b. Identificada, durante uma manutenção preventiva, a necessidade de reparos com substituição de peças de maior relevância, a correção deverá ser realizada, bastando para tanto **a autorização formal do GESTOR do contrato**, com posterior indenização do valor das peças substituídas observado o procedimento previsto neste Termo de Referência, **na forma estabelecida no Subitem 3.6.1.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. Caso, durante uma manutenção preventiva, venham a ser detectados **problemas que demandem uma manutenção corretiva**, a CONTRATADA deverá comunicar o TRE-RO através do FISCAL do local, para que seja feito o registro do chamado técnico.

3.5.3. APARELHOS CONDICIONADORES DE AR: Deverão ser realizadas 04 (quatro) **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS** anualmente nos aparelhos condicionadores de ar, com periodicidade trimestral, conforme **Anexo IX - Controle de Rotinas - Cronograma** (0836695), nas quais deverão ser executadas todas as rotinas nele previstas:

- a. A primeira manutenção preventiva deve ser realizada concomitantemente com a vistoria inicial, **nos primeiros 30 (trinta)** dias após a assinatura do contrato. As demais manutenções devem ser realizadas em intervalos aproximados de 90 (noventa) dias;
- b. Identificada, durante uma manutenção preventiva, a necessidade de reparos com substituição de peças de maior relevância, a correção deverá ser realizada, bastando para tanto **a autorização formal do GESTOR do contrato**, com posterior indenização do valor das peças substituídas observado o procedimento previsto neste Termo de Referência, **na forma estabelecida no Subitem 3.6.1.**
- c. Caso, durante uma manutenção preventiva, venham a ser detectados **problemas que demandem uma manutenção corretiva**, a CONTRATADA deverá comunicar o TRE-RO através do FISCAL do local, para que seja feito o registro do chamado técnico.

3.6. Dos serviços de MANUTENÇÃO CORRETIVA:

3.6.1. Os serviços de **MANUTENÇÃO CORRETIVA** são os procedimentos que envolvem reparos, com substituição de peças ou não, destinados a sanar falhas que possam acarretar danos ao equipamento (Ar condicionado e/ ou Cortinas de ar) ou reestabelecer o seu funcionamento quando da interrupção do seu funcionamento.

- a. Os orçamentos devem ser submetidos ao Gestor do contrato para a devida autorização da execução dos serviços;
- b. Se o valor orçado para conserto for superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem, o orçamento será encaminhado à SEPAT – Seção de Patrimônio por e-mail: sepat@tre-ro.jus.br, que se manifestará sobre a viabilidade econômica da execução ou não do serviço. Esta servirá para o Gestor do contrato autorizar ou não a execução dos serviços de manutenção corretiva.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c. A avaliação da SEPAT consistirá acerca do bem ser ou não INSERVÍVEL, nos termos do art. 3º, IV, do Decreto n. 9.343/2018.
- d. **Os relatórios de serviços de atendimento corretivo devem conter registros fotográficos das etapas dos serviços efetuados, conforme consta no Evento [0836681](#).**

3.6.2. A manutenção corretiva será realizada sempre que houver chamado técnico por parte do TRE/RO ou quando detectado problema pela CONTRATADA em algum chamado que tenha atendido ou em outra situação de atendimento ao TRE-RO. Assim, após a emissão do Chamado Técnico pelo TRE/RO, a CONTRATADA **deverá comparecer à unidade de atendimento até às 24 (vinte e quatro) horas do dia útil subsequente ao do recebimento do chamado:**

3.6.3. Tratando-se de **ATENDIMENTO EMERGENCIAL**, o prazo de comparecimento fica reduzido para, no máximo, **12 (DOZE) HORAS DO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, CONTADOS DO RECEBIMENTO DO CHAMADO.**

3.6.4. Os serviços serão executados no local onde o equipamento se encontra instalado, exceto nos casos em que, em razão da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo, após prévia autorização, até a oficina da contratada, sem ônus para a contratante.

- a. A retirada de equipamentos, ou quaisquer de suas partes, somente será realizada após **solicitação do fiscal local do contrato**, por e-mail, à Seção de Patrimônio – SEPAT, no endereço sepat@tre-ro.jus.br informando o número do patrimônio do equipamento.

3.6.5. As manutenções corretivas serão realizadas nos locais listados no **Anexo X deste TR (Endereço das edificações - 0836704), podendo ser estendida, excepcionalmente, a aparelhos instalados nas edificações utilizadas provisoriamente pela Justiça Eleitoral.**

3.6.6. A CONTRATADA poderá antecipar a manutenção preventiva nos casos em que houver chamado de manutenção corretiva para a mesma localidade onde serão realizadas as preventivas, desde que essa antecipação não seja superior a 10 (dez) dias em relação ao cronograma.

3.6.7. Os procedimentos descritos na tabela de periodicidade de serviços (**Anexo IX - Controle de rotinas - 0836695**) - constituem-se de atividades mínimas que devem ser executadas e informadas através de relatórios e das Chamados Técnicos, podendo a CONTRATADA executar outros procedimentos entendidos como imprescindíveis à manutenção



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preventiva, **condicionado à prévia AUTORIZAÇÃO do gestor do contrato.**

3.7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

3.7.1. A CONTRATADA garantirá, **pelo período mínimo de 90 (noventa) dias**, os serviços de manutenção corretiva e instalação por ela executados, a contar da data da entrega do serviço e devidamente anotada na Ficha Histórico (Evento [0836678](#)) de cada equipamento. A garantia aplica-se somente aos casos em que não possa ser imputado dolo ou culpa aos agentes da CONTRATANTE pelo ato que deu ensejo à reincidência do defeito alvo dos serviços da CONTRATADA.

3.7.2. Após a conclusão da manutenção corretiva e/ou instalação, o equipamento será submetido a teste para validar o procedimento. Caso o equipamento apresente defeito, a CONTRATADA será comunicada para providenciar o conserto imediatamente.

3.7.3. Os serviços serão executados no local onde o equipamento se encontrar instalado, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo até a oficina da CONTRATADA, após prévia autorização da CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o CONTRATANTE.

3.7.4. A CONTRATADA, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, emitirá laudo técnico, responsabilizando-se pelas informações apresentadas, informando a CONTRATANTE sobre aqueles equipamentos que não tenham mais condições de reparo e/ou manutenção.

3.8. DOS MATERIAIS/COMPONENTES A SEREM UTILIZADOS:

3.8.1. Os materiais/ componentes de menor custo, sem ônus direto à CONTRATANTE, devem ter seus custos incluídos nos valores finais ofertados para as manutenções corretivas e preventivas (abaixo especificados nas alíneas “a” e “b” deste subitem 3.8.1) e na rubrica **INSUMOS da Planilha Padrão de Proposta –Anexo VII (0836690)** que integra a composição dos valores dos serviços de instalação e desinstalação dos aparelhos, também integrante da planilha de preços. Para fins deste termo de referência os materiais/ componentes de menor custo são definidos como aqueles necessários à realização dos serviços, tais como:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. **Materiais Consumíveis**, tais como abraçadeiras, álcool, anéis de pressão, anilhas de marcação, bases para fusíveis, botoeiras, botões em geral, buchas, conectores, chavetas, cola, decapante, detergente neutro, esponja, espuma para vedação, estopa, fita aluminizada, fita de alta fusão, fita dupla face, fita isolante, fita veda rosca, fita silvertape, folha de lixa de ferro, fusíveis, gás acetileno, gás nitrogênio, gás oxigênio, gaxetas, graxa, higienizador de ar condicionado aprovado pela ANVISA, juntas em geral, luvas de cobre até 1,5", massa para reparo de evaporadoras, óleos lubrificantes em geral, pano, parafusos, porcas, querosene, rebites, retentores, silicone para vedação, soldas em geral, spray lubrificante antiferrugem, terminais elétricos, vaselina, verniz, vidro para visor de líquido;
- b. **Pecas necessárias ao funcionamento do equipamento**: serão consideradas aquelas que não sejam as de maior relevância (Subitem 3.8.2).

3.8.2. São **COMPONENTES DE MAIOR RELEVÂNCIA**, tais como:

- a. **Centrais de ar condicionado**: Compressor, ventilador, placa eletrônica, controle remoto, gases refrigerantes e capacitores.
- b. **Cortinas de ar**: Motor e turbina.

3.8.3. Identificada a necessidade de substituição de componentes de maior custo:

- a. Para agilizar a solução, a CONTRATADA apresentará ao fiscal do contrato, informação técnica do problema apresentado, da solução a ser adotada e orçamento referente aos valores de fornecimento dos componentes;
- b. O fiscal entrará em contato com o Gestor do Contrato que fará pesquisa de mercado a fim de comparação de preços;
- c. Se o preço ofertado pela CONTRATADA estiver igual ou inferior ao cotado no mercado, o Gestor comunicará o Fiscal que autorizará a conclusão do serviço;
- d. Se o preço ofertado pela CONTRATADA for maior que o cotado no mercado, a CONTRATADA será consultada para manifestar-se sobre possível redução de preço, conforme menor preço encontrado no mercado.
- e. Caso a CONTRATADA não aceite a redução de preços, a CONTRATANTE fará a aquisição diretamente no mercado e,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

posteriormente, comunicará a CONTRATADA para concluir o procedimento.

3.9. DA GARANTIA DAS PEÇAS

3.9.1. Todos os materiais de reposição utilizados pela CONTRATADA deverão ser novos, do fabricante original e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação da fiscalização, com garantia mínima de 90 (noventa) dias.

3.9.2. Caso o material original do fabricante não esteja mais disponível no mercado, a CONTRATADA poderá apresentar justificativa e orçamento com material alternativo, mantida mesmo prazo de garantia prevista neste subitem, para deliberação do gestor.

3.9.3. As informações acerca das peças de reposição deverão constar na ficha Histórico (Evento [0836678](#)) e nos relatórios de atendimentos (Eventos [0836680](#) e [0836681](#)).

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Da necessidade:

A contratação aqui demandada visa garantir condições adequadas de uso e funcionamento dos aparelhos de ar condicionado Split e de cortinas de ar instalados nas dependências da Justiça Eleitoral neste Estado – equipamentos relacionados no Anexo X deste TR (0836704) – para garantir a qualidade mínima da circulação de ar nos ambientes, minimizar o acúmulo de poeiras e microrganismos, proporcionar um ar de qualidade aos servidores e ao público em geral e prolongar a vida útil dos equipamentos.

Em razão das altas temperaturas registradas no Estado de Rondônia, é imperioso o controle de temperatura no ambiente de trabalho, o que requer uma infraestrutura mínima de funcionamento dos equipamentos. Estão contempladas todas as unidades próprias que utilizam esses aparelhos e ainda eventuais locais que venham a ser utilizados temporariamente pela Justiça Eleitoral.

4.2. Da divisão do objeto em lotes:

Com esteio no **Acórdão TCU 861/2013 - Plenário**, propõe-se o loteamento por região dos serviços a serem prestados, fundado nos seguintes aspectos:

- a. Idêntica natureza dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Ausência de prejuízos à competitividade do certame: a distribuição racional dos itens por localidades próximas geograficamente possibilita às empresas locais participarem dos lotes individuais ou de todos os lotes, dependendo da sua estrutura de funcionamento. Essa divisão, inclusive, pode ampliar a participação de licitantes;
- c. Participação de empresas locais/ regionais, o que, em tese, poderá diminuir o preço ofertado;
- d. Maior agilidade no atendimento em razão da proximidade da sede da empresa prestadora com os locais onde os serviços serão prestados;
- e. Redução na distância sede da empresa x locais de atendimento, com consequente redução nos custos da prestação dos serviços;
- f. Poderá evitar que localidades mais distantes e de difícil acesso não recebam propostas na licitação;
- g. Torna os itens mais atrativos financeiramente aos licitantes, justamente pelo agrupamento;
- h. Racionalidade na gestão: Aumento na eficiência administrativa, pois reduz o número de contratados e diminui o custo de gerenciamento, haja vista que, com itens descentralizados para cada município, poderia ter-se até 26 (vinte e seis) contratos.

4.3. Tomando-se por base tais critérios, notadamente a distribuição geográfica dos locais de atendimento no Estado, foram constituídos os seguintes lotes:

TABELA 1	
LOTE	MUNICÍPIOS
1	Porto Velho, Guajará Mirim, Ariquemes, Buritis e Machadinho do Oeste
2	Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Alvorada do Oeste, Presidente Médici, São Miguel do Guaporé e Costa Marques
3	Pimenta Bueno, Cacoal, Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Espigão do Oeste, Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras

4.4. O agrupamento do objeto está sendo proposto, também pela **unicidade dos serviços**: Propõe-se a unicidade dos serviços (manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação e desinstalação de equipamentos) por lote, em razão de maior viabilidade do ponto de vista operacional, técnico e econômico à Administração. Desta forma, privilegia-se o Princípio da Economicidade, ancorado nas regras da boa administração para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendimento do interesse público, e, ainda, **pode-se evitar a ocorrência das seguintes situações:**

- a. Fornecedores diversos atuando em um único equipamento, causando dificuldade no relacionamento técnico entre eles e com a Administração, bem como a elevação dos custos fixos, como, por exemplo, a administração central do contrato (despesas administrativas de cada empresa), não atendendo assim o Princípio da Economicidade.
- b. Fornecedores diferentes ofertem propostas somente nos serviços de maior volume, ou mais atrativos do ponto de vista técnico e econômico, o que poderia ocasionar a ocorrência de itens desertos ou fracassados no certame.

5. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Do planejamento e objetividade das contratações:

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, tanto pela garantia dos direitos fundamentais, quanto pelo fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. Já em relação aos PROCESSOS INTERNOS concretiza a promoção da sustentabilidade.

Missão: Garantir contratações planejadas, ágeis, sustentáveis, transparentes e com qualidade excelente

Clientes: Garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados

Processos internos: Adotar critérios de sustentabilidade nas contratações

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

Nessa linha, tratando-se de uma **ação contínua a cargo da Seção de Manutenção Predial**, a contratação encontra previsão no Plano de Contratações de 2023.

5.2. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental:

Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a contratada deverá observar os itens I, IV e VII do referido artigo abaixo transcritos:

"I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

...

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

...



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII – respeito as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

..."

Além disso, este TR disciplina que nas manutenções preventivas ou corretivas, deverão ser utilizados, sempre que o equipamento permitir, produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde e, após a manutenção, os equipamentos e o local deverão ser limpos, os móveis e equipamentos recolocados nos seus respectivos lugares e os resíduos sólidos acondicionados em sacos de material apropriado e descartados adequadamente pela CONTRATADA.

Em particular, também devem ser observadas, no que couber, as seguintes Recomendações, Normas, Decretos e Leis:

- i. As normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
- ii. NBR 13971 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação - Manutenção programada – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- iii. NBR 10085 - Medição de temperatura em condicionamento de ar – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- iv. NBR 14679 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- v. ABNT NBR 5410/2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- vi. ABNT NBR 10719 – Apresentação de relatórios técnico-científicos – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- vii. ABNT NBR 16401-1 - Instalação de ar-condicionado - Sistemas Centrais e Unitários - Parte 1: Projeto das Instalações;
- viii. ABNT NBR 16401-2 -Instalação de ar-condicionado - Sistemas Centrais e Unitários - Parte 2: Parâmetros de Conforto Térmico;
- ix. ABNT NBR 16401-3 - Instalação de ar-condicionado - Sistemas Centrais e Unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior;
- x. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - Ministério do Trabalho e Emprego;
- xi. 11.NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade - Ministério do Trabalho e Emprego.
- xii. As disposições legais da União;
- xiii. As prescrições e recomendações dos fabricantes;
- xiv. As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xv. As práticas do TRE-RO;
- xvi. Resolução nº 425/98 do CONFEA;
- xvii. IN/SLTI nº 01, de 19/01/2010;
- xviii. Portaria 3.523, do Ministério da Saúde, de 28.08.1998;
- xix. Resolução RE 176, de 24.10.2000 da ANVISA revisada pela Resolução nº 09, de 16/01/2003 e outras legislações pertinentes;
- xx. Resolução CONAMA nº 340 de 25/09.2003;
- xxi. Lei nº 8.078, de 1990;
- xxii. Decreto nº 7.203, de 2010;
- xxiii. Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008;

6. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

6.1. Na formulação da proposta a licitante deverá informar o **VALOR GLOBAL POR LOTE** o qual deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos referentes à execução de quaisquer dos serviços que integram a **Planilha Padrão de Proposta** contida no **Anexo VII** (0836690).

6.2. A proposta deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, de acordo com o MODELO PADRÃO DA PROPOSTA - Anexo VII (0836690) deste Termo de Referência, em formato EXCEL, utilizando como base o arquivo disponibilizado com o edital, na qual deverão constar:

6.2.1. Valor referente à instalação, que compreende os itens listados na PLANILHA de **COMPOSIÇÃO DOS VALORES DE INSTALAÇÃO** do **Anexo VII** deste **Termo de Referência** ([0836690](#)), conforme suas descrições abaixo:

- a. **Base Suporte** é a peça que sustenta a evaporadora quando fixada na parede;
- b. **Fixação** de cada uma das partes do aparelho inclui serviço de perfuração da parede e materiais necessários para a fixação;
- c. **Fiação de alimentação** é o conjunto de cabos para conectar o aparelho ao quadro de distribuição, incluindo disjuntor se necessário. **O valor deve ser calculado para distância de 10 metros entre o quadro e o equipamento:**
 - i. Considera-se 2F+T para equipamentos iguais ou inferiores a 36.000 BTU's;
 - ii. Considera-se 3F+T para equipamentos iguais ou superiores a 40.000 BTU's.
- d. **Tubulação Frigorígena + fiação** inclui tubulação adequada para conectar a condensadora à evaporadora para circulação do gás



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

refrigerante, conectores e isoladores necessários, além da fiação elétrica necessária para conectar as duas partes. **O valor deve ser calculado para distância de 3 metros entre os equipamentos;**

- e. **Tubulação Dreno** deve incluir a tubulação necessária para o dreno da condensadora, incluindo conexões. O valor deve ser calculado para comprimento de 5 metros de dreno;
- f. **Reboco, emassamento e pintura** compreende os serviços de recuperação das áreas onde houver serviços de recorte de paredes para instalação de tubulação frigorífera ou dreno. **O valor deve ser calculado para reparo de 2 metros quadrados.** A pintura deve ser feita com tinta de mesma cor e tonalidade da parede.
- g. **Gás** compreende o insumo gás e o serviço de carregamento do gás no aparelho. **O valor deve ser calculado para carga de 1 quilograma;**
- h. **Insumos** compreende todo e qualquer insumo necessário, inclusive os listados no subitem 3.8.1 deste Termo de Referência;

6.2.2. Valor referente à desinstalação (Item 3, subitem 3.4 deste TR) que compreende os itens listados na PLANILHA de **COMPOSIÇÃO DOS VALORES DE DESINSTALAÇÃO** do **Anexo VII** deste **Termo de Referência (0836690)**, conforme suas descrições abaixo:

- a. Desmontagem de cada uma das partes do equipamento;
- b. Retirada da tubulação frigorígena;
- c. Remoção da fiação do equipamento; razão das áreas onde houver serviços de recorte ou quebra nas paredes para desinstalação de tubulação frigorígena, fiação ou dreno. O valor deve ser calculado para reparo de 2 metros quadrados. A pintura deve ser feita com tinta de mesma cor e tonalidade da parede;
- d. Insumos compreende todo e qualquer insumo necessário, inclusive os listados no subitem 3.8.1 deste Termo de Referência;
- e. Embalagem e proteção dos terminais inclui espuma, fitas adesivas e outros materiais necessários à proteção dos terminais e conexões durante o transporte e armazenagem.

NOTA EXPLICATIVA: O BDI não será exigido, em face de ser aplicado nas execuções de obras e serviços de engenharia, estes considerados mais complexos do que o objeto em questão tratado nesse TR, onde não se exige a contratação de escritório local ou mesmo profissional de nível superior para a execução este serviço. Além disso, é prática ordinária no mercado que o valor apresentado já englobe as características dos serviços aqui



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigidas, conforme contratos da Administração Pública constantes nos eventos ([0907376](#), [0907380](#) e [0907382](#))

6.2.3. Valor referente às MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA (Subitens 3.5 e 3.6):

- a. Deverá ser apresentado o valor individual para cada uma das manutenções, incluindo todos os valores de serviços e peças de menor relevância, conforme subitens 3.5 e 3.6 deste TR.
- b. Nos casos em que, durante uma manutenção preventiva, fique identificada a necessidade de reparos com substituição de **peças de maior relevância** da-se-á na forma prevista no subitem 3.8.2.

6.4. O VALOR GLOBAL DO LOTE foi dimensionado de forma estimada para o período de 12 (doze) meses e foi obtido:

6.4.1. Pelo somatório dos custos com as **manutenções preventivas** dos aparelhos pelo período de 12 meses, de acordo com a periodicidade definida pelo Controle de Rotinas – Anexo IX deste TR ([0836695](#)), ou seja, 02 (duas) manutenções preventivas anuais das cortinas de ar (semestral) e 04 (quatro) manutenções preventivas anuais dos aparelhos condicionadores de ar (trimestral). **A licitante deverá informar o preço final com todos os custos diretos e indiretos envolvidos com as manutenções, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, eventuais atendimentos fora do cronograma ou horários preestabelecidos, despesas administrativas e lucro;**

6.4.2. Pelo somatório dos custos com as **manutenções corretivas** dos aparelhos, pelo período de 12 meses, cujas quantidades foram estimadas de acordo com as demandas históricas deste órgão - podendo variar, contudo, no curso da execução do contrato - motivo pelo qual devem ser adotadas pelos licitantes apenas para padronizar as propostas de preços. **A licitante deverá informar o preço final com todos os custos diretos e indiretos envolvidos com as manutenções, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, atendimentos emergenciais, despesas administrativas e lucro. Sobre os quantitativos foi aplicado o fator de ocorrência previsto para o período de 12 meses;**

6.4.3. Pelo somatório dos custos com os **serviços de instalação e desinstalação dos equipamentos**, pelo período de 12 meses, os quais estão decompostos na planilha de composição dos custos totais dos diversos serviços que formam a instalação e a desinstalação dos equipamentos. **Nesse caso, a licitante deverá ainda preencher o campo**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de INSUMOS (na forma do subitem 3.6), considerando todas as despesas administrativas - inclusive pessoal - tributos e lucro. Sobre os quantitativos foi aplicado o fator de ocorrência previsto para o período de 12 meses;

6.4.4. Pelo valor previsto com o **pagamento das peças de maior custo que serão substituídas** durante a execução do contrato, estimado e fixado pelo período de 12 meses - com base nas demandas do ano de 2022 dos aparelhos atualmente instalados - de forma uniforme em **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais) e que, por esse motivo, **não poderá sofrer variação nas propostas.**

6.4.5. NOTAS EXPLICATIVAS IMPORTANTE SOBRE A APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- a. Para apurar o somatório dos preços ofertados para cada lote, o licitante deverá observar que os valores totais de cada lote são formados pelo preenchimento do preço ofertado para **todos** os serviços previstos em cada um dos municípios que integra o lote. Esses valores por município podem sofrer variação de acordo com a estrutura - e mesmo a localização - de cada empresa licitante.
- b. **MODELO DE PLANILHA COM TODOS OS CAMPOS PREENCHIDOS (VALORES E QUANTIDADES MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS):**
- c. Os participantes deverão utilizar a Planilha padrão de proposta (Evento [0836690](#)) para obter os valores da proposta comercial a ser apresentada.

NOME DO MUNICÍPIO						
Quantidade de Equipamentos no município	CORTINA DE AR	SPLIT ATÉ 18.000 BTU's	SPLIT DE 18.001 ATÉ 30.000 BTU's	SPLIT DE 30.001 ATÉ 36.000 BTU's	SPLIT DE 36.001 ATÉ 60.000 BTU's	
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
MANUTENÇÃO CORRETIVA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
INSTALAÇÃO	QTDE	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
	Base Suporte	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Fixação da Evaporadora	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Fixação da Condensadora	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Fiação de Alimentação (2F+T - 10m.)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Tub. Frigorígena + Fiação (3m)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Tub. Dreno (5m)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Reboco + emassamento + pintura (2 m²)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Gás (2kg)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Insumos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
DESINSTALAÇÃO	QTDE	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
	Desmontagem Condensadora	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Desmontagem Evaporadora	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Retirada Tubulação Frigorígena	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Retirada Fiação do Equipamento	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Reboco + emassamento + pintura (2 m²)	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Retirada Base Suporte	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Insumos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Embalagem e proteção dos terminais e conexões	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

d. **PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA, CASO O LICITANTE DEIXE DE INFORMAR QUALQUER UM DOS CAMPOS COM OS VALORES UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS, A PLANILHA DO EXCEL EMITIRÁ A SEGUINTE MENSAGEM NOS CAMPOS DE TOTAL: "FALTA CAMPO".**

e. **SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE DEIXAREM DE COTAR OS PREÇOS INDIVIDUAIS DOS SERVIÇOS PARA QUALQUER UM DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O LOTE PARA O QUAL O LICITANTE ESTÁ OFERTANDO PROPOSTA.**

6.4.6. O valor proposto para cada lote deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração em relação ao valor total do Lote e também em relação aos valores dos itens de serviços, por município, que formam cada um dos lotes.

6.5. Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor valor global por lote no processo de licitação, observado os preços máximos para o lote e para os itens de serviços que o compõe em cada município.

6.5.1. Compreendem os itens de serviços: manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação e desinstalação.

6.6. O valor estimado neste Termo de Referência será o parâmetro de aceitabilidade das propostas pelo pregoeiro.

6.7. Durante a análise das propostas o arquivo enviado pela licitante será conferido para constatar se corresponde ao arquivo disponibilizado com o edital do certame.

6.7.1. Os valores contidos nas propostas, unitários e totais, são de total responsabilidade da licitante, devendo esta, em caso de observância de divergência de cálculo na planilha, comunicar o TRE-RO imediatamente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. A licitante deverá, na data da abertura da licitação, apresentar:

7.1.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

- a. **Certidão de registro/ quitação da EMPRESA LICITANTE junto ao Conselho de Classe Profissional**, comprovando que exerce atividade semelhante ao objeto deste certame;
- b. Atestado (s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado **que comprove(m) que a licitante tenha executado serviços de MANUTENÇÃO e INSTALAÇÃO de Sistemas de refrigeração do tipo SPLIT com fornecimento de peças, de modo concomitante, em metade (50%) dos Municípios do respectivo lote que esteja concorrendo.** E ainda deve(m) comprovar ter prestado serviços que **totalizem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de equipamentos de refrigeração do respectivo LOTE que almeje participar.**
 1. A soma de diferentes atestados será permitida, desde que comprovem a execução simultânea dos serviços com período mínimo de 06 (seis) meses de concomitância.
 2. Tais exigências deve-se ao fato de termos conhecimento da capacidade da empresa na mobilização simultânea em diferentes locais e equipe para atender aos eventuais chamados do TRE-RO.
- c. O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado a assinatura do representante legal da emitente, em caso de pessoa Jurídica de direito privado, ser reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro.
- d. O atestado deverá ser apresentado conjuntamente com a referida ART, referente ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional.
- e. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:
 1. Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977: *"Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)" (grifo nosso).*
 2. Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009: *"Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente" (grifo nosso).

3. Art. 14 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009: "*O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função" (grifo nosso).*

7.1.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

- a. **Certidão de Registro/ Quitação de PESSOA FÍSICA perante o Conselho de Classe Profissional**, relativa ao profissional indicado como **Responsável Técnico**.
- b. Caso o profissional indicado seja sócio da licitante, bastará apresentar cópia do ato constitutivo da sociedade; não sendo sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (**Acórdão TCU 800/08 – Plenário**).
- c. **Declaração do profissional aceitando o exercício da função de Responsável Técnico** pelos serviços.
 - i. Os profissionais com atribuições pertinentes para exercerem a função de responsável técnico somente poderão assumir tal condição relativamente a um licitante, portanto, serão inabilitadas aquelas licitantes que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função.
- d. Apenas será admitida a indicação de profissional reconhecido pelo **Conselho de Classe Profissional**, como responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme **resoluções do CONFEA nº 218/73, nº 262/79, nº 278/83 e nº 313/86**.
- e. Comprovação de que o profissional indicado é detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT, **que comprovem que o profissional indicado tenha executado serviços de MANUTENÇÃO e INSTALAÇÃO de Sistemas de refrigeração do tipo SPLIT, nos moldes do escopo aqui estabelecido**.
- f. Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame**, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário).

- g. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao **quadro permanente**:
- i. O Empregado;
 - ii. O Sócio;
 - iii. O detentor de contrato de prestação de serviço.
- h. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.
- i. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- j. Caso a licitante ofereça proposta para mais de um lote poderá apresentar os mesmos atestados para lotes distintos, desde que esses atendam **CUMULATIVAMENTE** os requisitos mínimos de características exigidos para cada um dos lotes individualmente.

7.2. Será facultado aos licitantes efetuar, às suas expensas, **visita de vistoria** aos equipamentos nas instalações da Justiça Eleitoral. As visitas poderão ser realizadas até o horário de recebimento das propostas, desde que previamente agendadas pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

8. DO PREÇO ESTIMADO

8.1. Para verificação do preço praticado pelo mercado para a prestação dos serviços demandados procurou-se trazer aos autos o valor contratado pelos órgãos públicos no Estado. Assim, foram expedidos email aos órgãos, conforme evento ([0836778](#)).

8.1.1. Foram consultados os seguintes órgãos públicos:

- a. **Seção da Justiça Federal/RO – TRF da 1ª Região;**
- b. **Ministério Público Federal de Rondônia;**
- c. **Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região;**
- d. **Ministério Público Estadual de Rondônia;**
- e. **Departamento de Trânsito de Rondônia;**

8.1.2. Ademais foi realizado uma exaustiva pesquisa no sítio eletrônico: [Banco de Preços](#), a fim de buscar um processo com o objeto próximo das características da pretensa contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2. METODOLOGIA ADOTADA PARA A ESTIMATIVA DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS:

8.2.1. A pesquisa de preços realizada nos órgãos similares da Administração Pública no Estado de Rondônia **não revelou um espectro relevante, apto a fornecer um valor estimado confiável**, até porque, nesse tipo de contratação, as especificidades de cada órgão e das características dos serviços demandados, tais como: quantidade e localização das máquinas, especificação dos equipamentos, periodicidade das manutenções preventivas, etc, fazem com que a simples comparação absoluta de valores não represente um referencial confiável de preços.

Em razão dessa realidade e na busca de preços atuais e adequados às condições específicas dos serviços demandados pelo TRE-RO, decidiu-se pela realização de pesquisa de preços ao mercado potencialmente fornecedor. Foram remetidas cotações para diversas empresas do ramo, contemplando todas as regiões do Estado na qual os serviços serão prestados, conforme e-mail (0833368).

8.2.2. Os emails foram reiterados, conforme evento ([0922051](#)) e as empresas cobradas insistentemente por telefone. Contudo, apesar de todas as diligências realizadas, a Administração obteve apenas uma cotação, juntada no evento [0907384](#), tal cotação apresentou um montante de **R\$ 445.117,50 (quatrocentos e quarenta e cinco mil cento e dezessete reais e cinquenta centavos)**, que pelo seu valor expressivo frente a atual contratação que monta **R\$ 219.793,39 (duzentos e dezenove mil setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos)**, foi desconsiderado para a estimativa de preços.

8.2.3. Diante da frustração no levantamento de um espectro mais amplo de referenciais de preços praticados, optou-se pela utilização dos valores de serviços atualmente contratados, no qual aplicamos a variação do índice de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado de 12 meses (Set/2022) que representa a importância de 7,17%, conforme site [IBGE](#).

8.2.4. Ademais, foi alterado quantidade e periodicidade das manutenções preventivas dos equipamentos, necessárias e corretamente dimensionadas para a garantia da qualidade climática dos ambientes. As alterações se restringiram à realidade da execução dos serviços corretivos, instalações e desinstalações de equipamentos, inclusive considerando a intensificação do uso das máquinas nos Períodos Eleitorais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.5. Com essa metodologia os preços obtidos ficariam compatíveis com aqueles atualmente contratados pelo TRE/RO para a prestação dos mesmos serviços objeto deste TR.

8.2.6. Utilizando-se desses referenciais de preços - com ajustes aqui justificados - foi elaborada a planilha contendo os **preços estimados** para a prestação dos serviços (**evento [0925072](#)**) e que servirão de referencial para a aceitação das propostas, correspondente ao valor global de cada um dos três lotes, unificados na Tabela 3 abaixo:

OBJETO/SERVIÇO	Valor estimado (compreendendo o período de 12 meses)		
	LOTE 1	LOTE 2	LOTE 3
Manutenção Preventiva	R\$ 76.912,15	R\$ 72.726,80	R\$ 86.170,92
Manutenção Corretiva	R\$ 3.855,12	R\$ 3.586,08	R\$ 4.267,62
Serviço de instalação	R\$ 1.942,11	R\$ 1.871,18	R\$ 2.424,21
Serviço de desinstalação	R\$ 1.930,88	R\$ 1.850,62	R\$ 2.359,95
SUB-TOTAL	R\$ 84.640,27	R\$ 80.034,68	R\$ 95.222,70
Aquisição de Peças de maior relevância (valor estimado FIXO, não objeto de disputa na licitação)	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
VALOR GLOBAL DO LOTE	R\$ 92.640,27	R\$ 88.034,68	R\$ 103.222,70
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 283.897,65		

8.2.3. NÃO DIVULGAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO: Nos termos do Acórdão TCU nº 1925/06 - Plenário, o valor estimado do objeto não será divulgado, devendo os interessados, querendo, solicitar tal informação no decorrer do certame.

9. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

As despesas decorrentes deste exercício do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2023 deste Tribunal, compreendendo o período de 02 (dois) meses, conforme abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			2023 (R\$)
Ordinário	Ar-Condicionado SPLIT - serviços de manutenção preventiva e corretiva	IEF MANPRE	R\$ 270.000,00
TOTAL POR EXERCÍCIO FINANCEIRO			R\$ 270.000,00
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
Em caso de alterações que impliquem em acréscimo ao valor do contrato, deverá ser informado abaixo se haverá necessidade de reforço de empenhos já emitidos para esta contratação neste exercício financeiro, ou se os saldos desses empenhos comportam o acréscimo contratual para o exercício financeiro atual.			
Havendo necessidade de reforço, relacionar abaixo os empenhos, saldos atuais e saldos a reforçar, respectivos.			

O valor previsto para o empenho foi obtido pela aplicação da regra de proporcionalidade na execução dos serviços. Quanto ao exercício subsequente, as despesas serão suportadas pelos recursos programados na Proposta Orçamentária 2023 para este contrato.

10. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:

10.1. A licitante vencedora deverá, quando da assinatura do contrato, apresentar:

10.1.1. Caso seja sediada em outro Estado da Federação, visto do **Conselho de Classe Profissional** em Rondônia no verso da Certidão **registro/quitação da empresa licitante junto ao Conselho de Classe Profissional**, conforme Resolução **CONFEA nº 336/89**;

10.1.2. Regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.2. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

10.3. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por email, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

10.4. Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI;

10.5. O descumprimento injustificado da Adjudicatária das obrigações estabelecidas neste item implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, sujeitando-se o inadimplente às penalidades de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei nº 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

11. REGRAS CONTRATUAIS:

11.1. Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - e seus anexos - e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

11.2. GARANTIA CONTRATUAL: Deverá ser apresentada, até 10 dias após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Seguro garantia;
- c. Fiança bancária.

11.3. Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU nº 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando ao contratado, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução do contrato, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% (cinquenta por cento) DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**. Essa faculdade tem como justificativa promover a redução de custos dos serviços realizados periodicamente, conforme cronograma previsto no Anexo IX - **CONTROLE DE ROTINAS** (Evento [0836695](#)). Além disso, a contratada não necessitará, se assim decidir, expandir sua estrutura própria para cumprir a manutenção de todas as máquinas dentro do período fixado no cronograma. A subcontratação observará as regras abaixo:

11.3.1. CONTRATANTE deverá solicitar previa autorização para subcontratação, devendo informar:

- a. Razão Social;
- b. CNPJ;
- c. Nome e CPF do(s) sócios(s);
- d. Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade
- e. Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- f. Justificativa para subcontratação;
- g. Caberá à CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação.

11.4. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO nº 004/08 e supletivamente, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 5.194/66 e as regras do Código Civil Brasileiro.

11.5. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este termo de referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

11.6. DOS PRAZOS E REAJUSTE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.6.1. O prazo de vigência e de execução deste contrato será de 12 meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.

11.6.2. Os preços dos serviços objeto deste TR, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

11.6.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

11.6.4. Caso o CONTRATADO não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

12. DO CONTRATO

12.1. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1. DO INÍCIO DAS ATIVIDADES:

- a. A CONTRATADA estará apta a iniciar as atividades previstas na contratação após o recebimento da Ordem de Serviço e a apresentação junto à CONTRATANTE dos seguintes documentos:
 - i. Comprovação da garantia contratual, na forma do subitem 11.2 deste TR;
 - ii. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme subitem 13.10 deste TR.
- b. O descumprimento injustificado das obrigações descritas no subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas neste termo de referência e no contrato.

12.1.2. DO HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a. Os serviços serão sempre executados nos dias e horários de funcionamento do local onde será prestado o atendimento, conforme resolução vigente do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Caso seja necessária a prestação de serviços em horário diversos dos informados no subitem anterior, inclusive em finais de semana e feriados, o CONTRATANTE indicará expressamente o horário diverso na abertura do chamado.

12.1.3. DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS:

- a. As manutenções preventivas devem ser realizadas com estrito cumprimento da periodicidade do cronograma contido no **Anexo IX deste TR (CONTROLE DE ROTINAS** - Evento [0836695](#)), podendo sofrer pequenas variações desde que previamente aprovadas pelo gestor do contrato.
- b. A CONTRATADA deverá entrar em contato com o fiscal do local de atendimento para agendar os trabalhos com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para a realização das manutenções.

12.1.4. DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS, INSTALAÇÕES E DESINSTALAÇÕES:

- a. A CONTRATANTE abrirá o chamado através de e-mail, ligação telefônica, mensagem, ou outra forma por ela indicada, conforme modelo **Anexo VIII - Abertura de Chamado** ([0836693](#));
- b. A equipe técnica da CONTRATADA deverá comparecer no local de atendimento até 24 (vinte e quatro) horas do dia útil subsequente, contados do recebimento do CHAMADO ORDINÁRIO.
- c. Em caso de **CHAMADO URGENTE**, a equipe da CONTRATADA deverá comparecer no local de atendimento até 12 (doze) horas do dia útil subsequente, contados do recebimento do chamado.
 - i. O prazo de execução dos serviços deverá ser negociado diretamente com o fiscal do contrato no local da prestação do serviço.
- d. O recebimento dos serviços dar-se-á pela assinatura do fiscal do contrato (Subitem 17.2.2) na respectiva ficha histórico do equipamento e no relatório do serviço realizado, onde serão anexadas fotos do equipamento, na forma dos itens 3.3, d, 3.4, b, 3.5, g e 3.6.1, d.
- e. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE a conclusão dos serviços e o fechamento do chamado, utilizará da mesma forma empregada para a abertura do chamado.

12.1.5. DOS ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. A CONTRATANTE poderá acionar a CONTRATADA para atendimentos EMERGENCIAIS de manutenção corretiva, instalação e desinstalação. Nesses casos, a CONTRATADA deverá atender o chamado conforme a situação indicada:
 - i. Comparecer ao local de atendimento em no máximo até 12 (doze) horas do dia útil subsequente, contados do recebimento do chamado;
 - ii. Comparecer ao local de atendimento em dias e horários não comerciais, em caso de determinação do Gestor do Contrato.
- b. SÃO CONSIDERADOS ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS:
 - i. Como regra, aqueles destinados a sanar ocorrências que comprometam o funcionamento da unidade solicitante ou que, por suas características, evidenciem o risco iminente dessa consequência;
 - ii. Outras situações que, a juízo justificado do gestor do contrato, exijam pronta intervenção da contratada.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. Apresentar Garantia Contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, no prazo máximo de 10 dias após a assinatura do contrato;

13.2. Apresentar, até 5 dias úteis após a assinatura do contrato, as datas de execução dos serviços de manutenção preventiva a fim de cumprir as rotinas previstas no **Anexo IX - CONTROLE DE ROTINAS** ([0836695](#));

13.3. Iniciar, a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a prestação do objeto contratado, mantendo Ficha de Acompanhamento Individual para cada equipamento;

13.4. Encaminhar mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, nota Fiscal, por município, acompanhada dos relatórios dos serviços realizados, conforme subitem 15.2.2;

13.5. Apresentar orçamento detalhado, caso durante uma manutenção ocorra a necessidade de substituição de peças/componentes de valor mais relevante, contendo a descrição da peça a ser trocada e seu valor unitário;

13.6. Fornecer, no prazo máximo de 24 horas, a contar da retirada dos equipamentos, Laudo Técnico Individualizado contendo: número do patrimônio; marca; descrição dos defeitos encontrados e dos procedimentos que serão executados para saná-los;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.7. Refazer, no prazo máximo de 01 dia útil, os serviços não aceitos pelo fiscal do contrato;

13.8. Manter atualizados junto à CONTRATANTE, através do endereço eletrônico semap@tre-ro.jus.br, os contatos telefônicos para registro de chamados de emergência e disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;

13.9. Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados, quando da prestação dos serviços e fornecer os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

13.10. Registrar no **Conselho de Classe Profissional** a devida ART pelos serviços objeto deste TR em nome do técnico devidamente qualificado para esse fim e apresentá-la à CONTRATADA em no máximo 05 dias após a assinatura do contrato;

13.11. Comunicar imediatamente o desligamento do Responsável Técnico da ART registrada e apresentar no prazo máximo de 05 dias úteis após o desligamento do Responsável Técnico a ART do novo profissional responsável pela execução do serviço;

13.12. Zelar pela limpeza nos ambientes da unidade durante a execução dos serviços;

13.13. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

13.14. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

13.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela contratante;

13.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente por seus empregados nos aparelhos condicionadores, ao patrimônio da CONTRATANTE ou terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços ainda que de forma involuntária;

13.17. Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira e manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.18. Cumprir todas as obrigações trabalhistas de seu pessoal, a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados;

13.19. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida na licitação;

13.20. Manter atualizados os registros na Ficha Histórico de cada equipamento, a cada intervenção realizada;

13.21. Manter o endereço de e-mail sempre ativo e monitorado para recebimento das aberturas de chamado;

13.22. Informar imediatamente a CONTRATANTE em caso de mudança do endereço de e-mail citado no subitem anterior;

13.23. Utilizar os modelos desta contratação (Anexos II, III, IV e V) quando apresentar relatórios à CONTRATADA, podendo, caso queira, incluir logomarca da empresa, sem suprimir quaisquer das informações nos modelos contidas;

13.24. Executar todos os serviços objeto do contrato, nos prazos, condições e especificações, em estrito cumprimento das regras contratuais, editais e de sua proposta.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1. Emitir a Ordem de Serviço em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

14.2. Aprovar, recusar ou apresentar alternativa para execução do cronograma de manutenções preventivas;

14.3. Realizar abertura dos chamados com o menor tempo possível;

14.3. Aprovar ou rejeitar solicitação de autorização de subcontratação;

14.4. Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos de apoio indispensável à execução dos serviços;

14.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas corretivas;

14.6. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, os serviços prestados, notificando a CONTRATADA para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.7. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

14.8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

14.9. Efetuar o pagamento, após verificar a regularidade da nota fiscal, acompanhada dos relatórios técnicos mensais;

14.10. Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

14.11. Aplicar penalidades pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou, relevá-lo, se justificado.

15. DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será realizado mensalmente, **pelos serviços efetivamente prestados no mês anterior,** até 10 (dez) dias após o envio dos documentos relacionados no subitem 15.2;

15.2. Para comprovação do cumprimento do cronograma de manutenções preventivas e da realização de manutenções corretivas, instalações, desinstalações, fornecimento de peças, e para atendimento do subitem 13.20 deste termo de referência, a contratada deverá apresentar, até o dia 10 do mês subsequente às prestações de serviços, separados por município, preferencialmente em formato eletrônico PDF, os seguintes documentos:

15.2.1. Notas Fiscais;

15.2.2. Relatório Sintético de Atendimentos, assinado pelo representante da CONTRATADA, conforme modelo constante no **Anexo V** ([0836685](#));

15.2.3. Fichas de atendimento devidamente preenchidas e assinadas, conforme o caso:

- a. Relatórios de Atendimento Preventivo, conforme modelo constante no **Anexo II** ([0836680](#)) e subitem 3.3, d;
- b. Relatórios de Atendimento Corretivo, conforme modelo constante no **Anexo III** ([0836681](#)) e subitem 3.4, b;
- c. Relatórios de Instalação/Desinstalação, conforme modelo constante no **Anexo IV** ([0836683](#)) e subitens 3.5, g e 3.6.1, d.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.2.4. Cópia da Ficha Histórico de cada equipamento com todas as anotações necessárias e assinaturas;

15.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo sítio eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>.

15.2.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.receita.fazenda.gov.br> ou <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>;

15.2.7. Certidão de Regularidade do FGTS emitida pelos sítios eletrônicos <http://www.caixa.gov.br>.

15.3. Os serviços somente serão considerados prestados se:

15.3.1. As fichas de Atendimento Preventivo, Corretivo e Instalação/Desinstalação estiverem assinadas pelo fiscal do contrato conforme item 17 deste Termo de Referência e pelo técnico da CONTRATADA que realizou os serviços;

15.3.2. O Relatório Sintético de Atendimentos esteja assinado pelo Representante da CONTRATADA;

15.3.3. Os atendimentos constantes nas Fichas de Atendimento Preventivo, Corretivo e Instalação/Desinstalação, estejam anotadas na Ficha Histórico, **Anexo I** ([0836678](#)), conforme subitem 13.23.

15.4. O valor mensal dos serviços corresponderá ao valor dos serviços efetivamente prestados no período, acrescido do valor das peças de maior relevância aprovadas, conforme relatórios apresentados, em atendimento aos subitens 15.2.2, 15.2.3 e 15.2.4.

15.4.1. Quando prestados serviços de instalação e/ou desinstalação, os valores da prestação do serviço considerarão os itens constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA (Anexo VII – [0836690](#)) nos quadros *Decomposição dos Valores de Instalação* e *Decomposição dos Valores de Desinstalação*, conforme o caso, calculados em razão da efetiva execução e uso de material anotados na ficha de Instalação/Desinstalação, conforme modelo constante no Anexo IV ([0836683](#)).

15.4.2. Haverá glosa dos valores quando a execução do chamado contemplar apenas alguns itens do total do serviço. Neste caso serão glosados os valores proporcionalmente aos serviços não executados.

15.4.3. Será considerado REABERTURA DE CHAMADO, portanto, com ônus integral dos custos do novo chamado para a CONTRATADA, inclusive de peças, quando:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Aberto novo chamado para a mesma ocorrência dentro do período de garantia de chamado anterior;
- b. Aberto novo chamado para substituir peça dentro do prazo de garantia da peça antes substituída.

15.5. O pagamento mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

15.5.1. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

15.5.2. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

15.5.3. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

15.6. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os fornecimentos e os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações definidas no contrato.

15.7. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p>$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
------------------------	---



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15.8. Eventual compensação financeira será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

16. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8666/93, **incidentes sobre o valor da fatura referente ao mês da ocorrência**, na forma seguinte:

16.1.1. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo para comparecer ao local de atendimento até 24 (vinte e quatro) horas do dia útil subsequente ao da abertura dos chamados ordinários:

- a. Até dois atrasos, advertência;
- b. De três a cinco atrasos, multa de 2% (dois por cento) por atraso;
- c. De seis a oito atrasos, multa de 3% (três por cento) por atraso;
- d. A ocorrência de atrasos superiores a oito poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

16.1.2. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 12 (doze) horas para o comparecimento no local de atendimento dos chamados emergenciais:

- a. Até dois atrasos, penalidade de advertência;
- b. De três a cinco atrasos, multa de 3% (três por cento) por atraso;
- c. De seis a oito atrasos, multa de 5% (cinco por cento) por atraso;
- d. A ocorrência de atrasos superiores a oito poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

16.1.3. Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 1 (um) dia útil para o refazimento de serviços recusados pelo fiscal do contrato:

- a. Até dois descumprimentos, penalidade de advertência;
- b. De dois a cinco descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) por atraso;
- c. De seis a oito descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por atraso;
- d. A ocorrência de atrasos superiores a oito poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16.1.4. Descumprir, de forma injustificada, a obrigação de entregar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços, as notas fiscais/faturas acompanhadas dos relatórios, fichas e certidões de regularidades exigidas no contrato:

- a. Até duas ocorrências, penalidade de advertência;
- b. De dois a cinco descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por evento;
- c. De seis a oito descumprimentos, multa de 5% (cinco por cento) por evento;
- d. A ocorrência de descumprimentos superiores a oito poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

16.1.5. Independentemente da glosa contratual, descumprir, de forma injustificada, a obrigação de preencher corretamente os relatórios de atendimento e as fichas de acompanhamento dos equipamentos, nos termos exigidos pelo contrato:

- a. Até duas ocorrências, penalidade de advertência;
- b. De dois a cinco descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) por evento;
- c. De seis a oito descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por evento;
- d. A ocorrência de descumprimentos superiores a oito poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

16.1.6. Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, regularmente notificadas pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a. Até dois descumprimentos, penalidade de advertência;
- b. De dois a cinco descumprimentos, multa de 2% (dois por cento) por evento;
- c. De seis a oito descumprimentos, multa de 3% (três por cento) por evento;
- d. A ocorrência de descumprimentos superiores a oito poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar ao CONTRATADO multa de até 10% (dez por cento) sobre o **valor do contrato**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16.3. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

1.6.4. A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilite o perfeito funcionamento dos aparelhos objeto das manutenções gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário).

16.5. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

16.6. No caso de o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

16.7. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

16.8. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial – SEMAP. São atribuições do gestor, entre outras atividades:

- a. Emitir Chamados Técnicos, a partir de solicitações das unidades.
- b. Emitir Nota Técnica mensalmente e remeter os autos para pagamento.
- c. Realizar pesquisas de preços e autorizar reposição de peças maior relevância.
- d. Cumprir as demais competências de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008.

17.2. A fiscalização do contrato ficará a cargo do administrador do local onde os serviços estiverem sendo prestados, incluindo os casos em que houver prestação dos serviços em locais de uso temporário pela Justiça Eleitoral. São atribuições do fiscal:

- a. Verificar se os serviços estão sendo prestados com a qualidade necessária;
- b. Aferir o material utilizado e serviços realizados e assinar a Ficha de Atendimento apresentada pelo CONTRATADO, quando houver prestação de qualquer dos serviços previstos neste termo de referência;
- c. Fornecer, preferencialmente em formato digital PDF, via e-mail, cópia da Ficha Histórico de cada equipamento, ao final de cada atendimento anotado pelo CONTRATADO na referida ficha.
- d. Cumprir as demais competências de gestor estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008.

18. DÚVIDAS TÉCNICAS

As dúvidas serão esclarecidas pela Seção de Manutenção Predial (69) 3211-2141/ 2125/ 2192 ou pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br.

19. RESPONSABILIDADES PELA ELABORAÇÃO DO TR

19.1. As quantidades e especificações das máquinas instaladas nas edificações da Justiça Eleitoral foram fornecidas pela Seção de Patrimônio.

19.2. As informações técnicas do objeto, tais como periodicidade das manutenções, forma de execução dos serviços, materiais que serão empregados, definição de qualificação técnica dos licitantes, dentre outros aspectos técnicos, foram elaboradas pela ASSENGE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19.3. As demais regras do TR foram elaboradas pelos servidores da SEMAP, sob supervisão direta do Chefe da SEMAP e Coordenador da COMSEG.

20. DOS ANEXOS

Compõem este termo de referência, além dos documentos que compõem o **Processo SEI nº 0001462-61.2022.6.22.8000**, comprobatórios das pesquisas de preços realizadas para a estimativa dos custos dos serviços aqui demandados, os seguintes anexos:

- a. Anexo I - Ficha Histórico ([0836678](#));
- b. Anexo II - Relatório de Atendimento Preventivo ([0836680](#));
- c. Anexo III - Relatório de Atendimento Corretivo ([0836681](#));
- d. Anexo IV - Relatório de Instalação/desinstalação ([0836683](#));
- e. Anexo V - Relatório Sintético de Atendimento ([0836685](#));
- f. Anexo VI - Quantidade de máquinas no TRE ([0836687](#));
- g. Anexo VII - Planilha Padrão de Proposta ([0836690](#));
- h. Anexo VIII - Abertura de Chamado ([0836693](#));
- i. Anexo IX - Controle de Rotinas ([0836695](#));
- j. Anexo X - Endereço das Edificações ([0836704](#));
- k. Anexo XI - Planilha de Preços Estimados ([0925072](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Chefe de Seção**, em 17/02/2023, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Campos Figueiredo, Chefe de Seção**, em 17/02/2023, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0979467** e o código CRC **9AFBAA28**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

0001462-61.2022.6.22.8000

0979467v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001462-61.2022.6.22.8000;

INTERESSADO: SSEMAP/COMSEG.

ASSUNTO: REPETIÇÃO - Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de serviços de manutenção de ar condicionados tipo *split* e cortinas de ar pertencentes ao acervo patrimonial da Justiça Eleitoral de Rondônia – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 27 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para executar serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia nos diversos municípios do Estado.

02. Necessário registrar que essa pretensão foi analisada preambularmente no **Parecer Jurídico n. 240, de 03/11/2022** ([0931599](#)) e autorizada pelo **Despacho n. 1418/2022** ([0933079](#)), da lavra da Senhora Diretora-Geral deste TRE-RO. Contudo, os 3 lotes do certame restaram fracassados, sendo os itens cancelados na aceitação ([0950282](#) e [0950314](#)), havendo esta unidade jurídica, no **Parecer Jurídico n. 269, de 08/12/2022** ([0951214](#)), concluído por sua regularidade e homologação e também orientado à Administração:

20. (...), caso não se selecione a opção de repetição do certame, em função do exposto nos tópicos 11 a 19 deste parecer, reafirmar a possibilidade jurídica de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos 3 lotes fracassados neste certame, com base no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para a aquisição dos itens fracassados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. O certame foi assim homologado pela autoridade administrativa ([0953904](#) e [0953904](#)).

04. Por meio da Manifestação n. 55, de 30/12/2022 ([0964145](#)), a SEMAP, unidade demandante registrou que o **Contrato n. 22/2017** (Evento [0249891](#)) - que tem como objeto os serviços demandados nesta contratação - foi prorrogado por mais 6 meses, a partir de 19/12/2022 com **término em 18/06/2023** ([0954630](#)), motivo pelo qual o prazo é suficiente para a repetição do certame e ajustes no termo de referência. Assim, manifesta-se pela repetição do certame.

05. Nessa toada, veio ao processo o TR n. 1/2023 ([0966239](#)). No Despacho 88/2023 ([0967471](#)), a secretária substituta da SAOFC determinou a remessa do processo à **COFC** para programação orçamentária, à **SAC** para análise do Termo de Referência e seus anexos, à **SECONT** para elaboração de minuta de contrato e a esta unidade jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

06. A programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada nos eventos [0967657](#) e [0967657](#), oportunidade em que a SPOF registrou: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

07. A SAC detectou a necessidade de ajustes no TR ([0974576](#)), vindo ao processo a segunda versão desse documento representada pelo Termo de Referência n. 04/2023-SEMAP ([0975061](#)). Por fim, a SAC, após análise formal, verificou que o referido documento, complementado pelas pesquisas de preços e demais elementos juntados ao processo, encontra-se em consonância com as normas gerais aplicáveis ([0975234](#)).

08. Por fim, veio ao processo a versão final desse documento, representada pelo Termo de Referência n. 5/2023-SEMAP ([0979467](#)) que, de acordo com o registrado no evento [0979715](#): (...) **se resume à adequação da exigência de qualificação profissional, contida no item 7.1.1, alínea "b", subitens 1 e 2."**

09. Assim, instruído aportou o processo nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico. **É o breve e necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Inicialmente, deve-se destacar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0001462-61.2022.6.22.8000) até a presente data.

11. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

12. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, o que compreende também eventuais quantitativos e estimativas que nele possam ter sido juntadas, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

13. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

14. Releva registrar que os documentos da fase interna da contratação, inclusive o termo de referência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do Parecer Jurídico n. 240/2022 ([0931599](#)) - já noticiado no relatório deste trabalho - e adotado por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

15. Como também afirmado nesse relato, os 3 lotes do certame restaram fracassados na primeira tentativa, sendo que **a unidade demandante optou pela repetição da competição**, afastando a possibilidade da contratação direta prevista no art. 24, V, da Lei n .



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93. Nessa oportunidade, o novo Termo de Referência trazido ao processo ([0979467](#)) passou por ajustes tão só para adequação da exigência de capacidade técnico-operacional contida no item 7.1.1, alínea "b", subitens 1 e 2 desse documento, a qual, segundo a SEMAP, teria sido a causa do fracasso do certame anterior. De fato, no TR original ([0928455](#)) eram exigidos a comprovação de prestação de serviços em pelos menos 5 municípios concomitantes no lote em que a licitante estivesse apresentando proposta; ocorre que haviam lotes com 5 ou 6 municípios, o que representava um quantidade bastante desarrazoada, bem superior a 50% admitida, em regra, pelo TCU. A redação ora proposta melhor adequa-se à regra do **art. 30, II, da Lei n. 8.666/93**. Além disso, também foi adequada a exigência de capacidade técnico-profissional, antes idêntica à empresarial, sendo que na versão atual do TR o profissional indicado deverá comprovar a execução de serviços de manutenção e instalação de Sistemas de refrigeração do tipo SPLIT, nos moldes do objeto pretendido.

16. Os preços estimados e as demais condições foram mantidas. Nessa linha, não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante. Tais alterações foram inseridas no novo Termo de Referência n. 5/2023-SEMAP ([0979467](#)), documento que foi novamente analisado pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, que concluiu por sua regularidade ([0975234](#)).

17. Nesses termos, esta unidade adota integralmente sua própria análise jurídica produzida no referido Parecer Jurídico, passando aquele a integrar este parecer como um todo único e indivisível, naquilo que não alterado por este.

III – CONCLUSÃO

18. Pelo exposto, trazendo a esta as conclusões registradas no **Parecer Jurídico n. 240/2022** ([0931599](#)), opina esta Assessoria Jurídica:

I – Considerando os elementos que constam do **Termo de Referência n. 05/2023-SEMAP** ([0979467](#)), conclui-se que o instrumento - também analisado pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, que concluiu por sua regularidade ([0975234](#)) - parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no inciso **XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação, de acordo com **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – Pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão, na sua forma eletrônica**, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;

Registre-se, conforme já apontado no **item 6 deste parecer**, que há programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada nos eventos [0967657](#) e [0967657](#).

III – O edital de licitação, caso aprovada a pretensão da contratação pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer o **tipo de licitação menor preço por lote**, em conformidade com o que determina o inciso I do § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que a SEMAP não indicou o modo de disputa e o intervalo dos lances, os quais deverão ser definidos pelo Pregoeiro, na forma do art. 14, III, do Decreto Federal n. 10.024/2019;

IV – Em razão de o valor estimado de cada um dos 3 lotes que integram o objeto da contratação exceder o patamar de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** - [0928632](#) - **NÃO** terá aplicação ao futuro certame o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, afastado com fundamento no artigo art. 48, inciso I, da LC 123/2016 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. Contudo, as ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação;

V – Aplicação das regras de sustentabilidade previstas no subitem 5.2 do Termo de Referência, analisadas e entendidas como adequadas e razoáveis nos **itens 31 a 33 do Parecer Jurídico n. 240/2022;**

I – Na busca da proposta mais vantajosa, tratando de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, medida indicada expressamente pela unidade demandante no item 8.2.3 (*sic*, 8.2.7) do TR.

19. Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0934611](#)- que deverá ser reproduzida como anexo do edital - encontra-se, sob o aspecto formal, em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Nessa linha, esta Assessoria Jurídica **aprova** em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 23/02/2023, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0979875** e o código CRC **2850D282**.

0001462-61.2022.6.22.8000

0979875v12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001462-61.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: REPETIÇÃO - Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de serviços de manutenção de ar condicionados tipo *split* e cortinas de ar pertencentes ao acervo patrimonial da Justiça Eleitoral de Rondônia.

DESPACHO Nº 179 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo que visa à contratação de pessoa jurídica especializada na execução de serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0831879](http://www.tre-ro.jus.br)).

Registra-se que o objeto pretendido já foi objeto de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico. Diante da regularidade do procedimento, esse foi homologado por esta Diretoria-Geral, todavia, restou fracassado ([0953904](http://www.tre-ro.jus.br)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por meio da Manifestação n. 55 ([0964145](#)) a SEMAP registrou que o Contrato n. 22/2017 ([0249891](#)) - que tem como objeto os serviços demandados nesta contratação - foi prorrogado por mais 6 meses, a partir de 19/12/2022, com término em 18/06/2023 ([0954630](#)), prazo suficiente para a repetição do certame e os ajustes no termo de referência. Assim, manifestou pela repetição do certame.

Procedidos os ajustes no TR ([0966239](#)), a SAOFC determinou a remessa do processo à COFC para programação orçamentária, à SAC para análise do Termo de Referência e seus anexos, à SECONT para elaboração de minuta de contrato e à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico.

A programação orçamentária foi juntada no evento [0967657](#), oportunidade em que a SPOF registrou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e a LDO referentes a este exercício financeiro.

Após diligências, a SAC concluiu que o Termo de Referência n. 4 ([0975061](#)) encontra-se de acordo com as normas gerais de contratações estabelecidas no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002; inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019; do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008; e, ainda, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 005/2017 ([0975234](#)).

Por fim, veio ao processo a versão final desse documento, representada pelo Termo de Referência n. 5/2023-SEMAP ([0979467](#)) que, de acordo com o registrado no evento [0979715](#): "(...) se resume à adequação da exigência de qualificação profissional, contida no item 7.1.1, alínea "b", subitens 1 e 2."

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19; para que o futuro edital de licitação estabeleça o tipo de licitação menor preço por lote, destacando que a SEMAP não indicou o modo de disputa e o intervalo dos lances, os quais deverão ser definidos pelo Pregoeiro; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte; pela aplicação das regras de sustentabilidade previstas no subitem 5.2 do TR; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação. Ademais,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprovou a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento n. [0934611](#), em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93 ([0979875](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da Informação Conclusiva do Valor Estimado ([0928632](#)); pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do menor preço por lote; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; pela aplicação dos critérios de sustentabilidade previstas no subitem 5.2 do Termo de Referência; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([0981299](#)).

Como relatado, os 3 lotes do certame ficaram fracassados na primeira tentativa, sendo que a unidade demandante optou pela repetição da competição, afastando a possibilidade da contratação direta prevista no art. 24, inciso V, da Lei n. 8.666/93.

Nessa oportunidade, o novo Termo de Referência trazido ao processo ([0979467](#)) passou por ajustes tão só para adequação da exigência de capacidade técnico-operacional contida no item 7.1.1, alínea "b", subitens 1 e 2 desse documento, a qual, segundo a SEMAP, teria sido a causa do fracasso do certame anterior.

A redação ora proposta melhor adequa-se à regra do art. 30, inciso II, da Lei n. 8.666/93. Além disso, também foi adequada a exigência de capacidade técnico-profissional, antes idêntica à empresarial, sendo que na versão atual do TR o profissional indicado deverá comprovar a execução de serviços de manutenção e instalação de Sistemas de refrigeração do tipo SPLIT, nos moldes do objeto pretendido.

Os preços estimados e as demais condições foram mantidas. Nessa linha, não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante.

Sendo assim, considerando o exposto e as informações carreadas aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1 – aprovo o ETP ([0836622](#)) e o Termo de Referência n. 05/2023 - SEMAP ([0979467](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0928632](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto n. 10.024/2019;

4 - determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade destinado às ME/EPP's ao futuro certame, com fundamento no artigo art. 48, inciso I, da LC n. 123/2016 e no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, ressalvado o direito daquelas participarem do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação;

5 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante subitem 5.2 do TR, com fulcro na Resolução CNJ n. 400/2021; e

6 – determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#).

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 01/03/2023, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0981620** e o código CRC **11F4422F**.

0001462-61.2022.6.22.8000

0981620v25



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001462-61.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP/COMSEG.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise final – Pregão n. 04/2023 - Contratação de serviços de manutenção de ar condicionados tipo *split* e cortinas de ar pertencentes ao acervo patrimonial da Justiça Eleitoral de Rondônia.

PARECER JURÍDICO Nº 76 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para executar serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia nos diversos municípios do Estado. Cumpre ainda ressaltar que a presente contratação decorre do fracasso do pregão eletrônico 47/2022 ([0950282](#)).

02. O relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa ([0981620](#)) está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 27/2023** ([0979875](#)). Na sequência, as minutas de edital e de contrato foram aprovadas por esta Assessoria Jurídica da SAOFC por meio do **Parecer Jurídico n. 38/2023** ([0984071](#)).

03. Observa-se que a programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** ([0967657](#) e [0970405](#)), foi substituída pelo evento ([0989569](#)), oportunidade em que a SPOF registrou: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

04. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 04/2023 ([0984232](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([0984234](#)).

05. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas – Comprasnet ([0989786](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) proposta ajustada e documentos de habilitação da licitante vencedora juntados nos volumes VI e VII do processo, a saber:

1. REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA CNPJ: 07.850.772/0001-61- ([0990809](#)) que foi aceita para os itens 1, 2 e 3.

ANÁLISES DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO PREGOEIRO:

PROPOSTAS:

REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA CNPJ: 07.850.772/0001-61:

Proposta juntada no evento [0990809](#) referente aos itens 1, 2 e 3 do edital. Unidade demandante manifestou-se ([0991039](#)) pelo atendimento da proposta da seguinte forma:

Foi feita a análise da proposta comercial atulizada da empresa 1ª colocada no Pregão Eletrônico n. 04/2023 (Evento [0990809](#) e [0990810](#)), que está dentro dos parâmetros de aceitabilidade - valores - estabelecidos como referencial (Evento [0925072](#)).

Isto posto, a proposta comercial foi analisada item a item dos lotes por este SEMAP e atende aos requisitos editalícios.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA:

Documentos de habilitação juntados nos eventos [0991408](#), [0991409](#), [0991412](#), [0991414](#), [0991416](#) e [0991417](#).

Unidade demandante manifestou-se pelo cumprimento das exigências editalícias nos eventos ([0991830](#)) ([0992201](#)) ([0992370](#)).

c) ata do Pregão Eletrônico ([0995308](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([0984232](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto.

07. Nas publicações dos avisos ([0984234](#)) constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0989786](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0995308](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

Compulsando o relatório elaborado pelo Pregoeiro [0996205](#) e o que consta na ata do referido pregão ([0995308](#)), verifica-se a efetiva negociação com o fornecedor que ofertou os melhores lances na tentativa de redução dos valores de suas propostas, nos Termos do **Acórdão 2622/2021 Plenário TCU**.

Análise: As ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0996205](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação e redução dos valores das propostas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os atos decisórios do Pregoeiro contaram com a oitiva prévia da unidade demandante, determinante para a aceitação da proposta da empresa **REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA. - CNPJ: 07.850.772/0001-61**, atendendo às especificações técnicas do objeto. Sobre o procedimento, veja-se a regra do edital:

8.11. Será recusada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos e pelo valor estimado.
- c) que não atender às especificações, condições e exigências estabelecidas no edital;**
- d) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligências solicitados pelo Pregoeiro;
- e) se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações, diligências e outros.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Como referido no relatório deste parecer, após a juntada dos documentos de habilitação técnica a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias por parte da empresa **REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA. - CNPJ: 07.850.772/0001-61**. Dessa forma, de acordo com os registros que constam na página 11 da ata do Pregão ([0995308](#)), a documentação da empresa foi julgada regular, razão pela qual foi declarada vencedora do certame.

h) Da referida decisão, houve manifestação de intenção recursal, contudo, não houve tempestivamente a efetiva publicação das razões recursais no sistema Comprasnet, conforme evento ([0995338](#)). Sobre o ocorrido, o Pregoeiro assim decidiu:

Conforme consta na Ata do Pregão ([0995308](#) - pág.4), a licitante JR REFRIGERACAO COMERCIAL E CLIMATIZACAO LTDA registrou intenção de recurso, que foi aceita pelo Pregoeiro e abertos os prazos. Segundo a licitante, foi registrada a intenção de recurso, pois na sua visão a empresa vencedora deverá comprovar a logística para fins de execução do contrato, uma vez que conforme documentação apresentada, é de outro estado.

Todavia, expirado do prazo, a licitante não apresentou as razões recursais, razão pela qual o recurso restou "DESERTO".



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O motivo registrado na intenção de recurso não é suficiente para o Pregoeiro exercer juízo de valor. Até porque o edital não exige que a licitante tenha sede em Rondônia ou que apresente plano de logística se for de outro estado. Aliado a isso, a licitante não apresentou as razões recursais, que é o recurso propriamente dito, inviabilizando a análise.

Destaque-se que o registro da intenção não se constitui recurso, mas apenas uma manifestação do interesse de recorrer. Nesse sentido, temos que o recurso não foi interposto.

No **Parecer Jurídico n. 238/2022 (0930214)**, no PSEI n. [0001460-91.2022.6.22.8000](#), esta Assessoria firmou entendimento, acolhido pela Administração do TRE-RO ([0933740](#)), no sentido de que, conquanto a mera manifestação da intenção de recorrer não configure a interposição do recurso, **deverá o Pregoeiro** analisar a motivação contida no registro da intenção recursal e havendo nela, **a seu juízo**, qualquer elemento substancial capaz de demonstrar, por si só, alguma inconsistência praticada no certame, essa não poderá ser desconsiderada, impondo à Administração agir, mesmo que de ofício, no intuito de corrigir o ato assim inquinado de alguma irregularidade ou nulidade, na forma do teor do enunciado da **Súmula 473 do STF**: *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Como visto, o Pregoeiro afastou sumariamente a motivação levantada pela referida licitante porque as comprovações apontadas não foram exigidas pelo edital do certame, **como também, registre-se, não são pertinentes**. Assim, o Pregoeiro procedeu à Adjudicação.

Nesses termos, esta unidade jurídica não vê qualquer mácula nas decisões proferidas pelo Pregoeiro em relação a este incidente.

09. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0995311](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

11. Registra-se que, a ASLIC já trouxe ao processo a compovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no sitio eletrônico deste Tribunal ([0996204](#)).

12. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 11/04/2023, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 11/04/2023, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0997505** e o código CRC **8E587607**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001462-61.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 4/2023 - Contratação de serviços de manutenção de ar condicionados tipo *split* e cortinas de ar pertencentes ao acervo patrimonial da Justiça Eleitoral de Rondônia.

DESPACHO Nº 385 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para executar serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do Tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia nos diversos municípios do Estado. Cumpre ainda ressaltar que a presente contratação decorre do fracasso do Pregão Eletrônico n. 47/2022 ([0950282](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do Pregão Eletrônico n. 04/2023 ([0984232](#)), com vistas a sua homologação.

Observa-se que não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

Verifica-se que o Pregoeiro juntou aos autos: relatório de propostas ([0989786](#)), a Ata do Certame ([0995308](#)), termo de adjudicação ([0995311](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0996204](#)). Por fim juntou o Relatório nº 14/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0996205](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0996216](#)).

Mediante Parecer Jurídico n. 76/2023 ([0997505](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0995311](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02.

Com efeito, no dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 04/2023. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante REFRIGERACAO CHAMA AZUL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LTDA, CNPJ 07.850.772/0001-61, lotes 1, 2 e 3, valor total R\$ 283.897,65. Restando deserto o recurso da empresa licitante JR REFRIGERACAO COMERCIAL E CLIMATIZACAO LTDA, em razão de expirado o prazo para apresentação das razões recursais ([0995338](#)), o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora. Não houve itens desertos, nem fracassados.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0995308](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 4/2023**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0995311](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/04/2023, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0998711** e o código CRC **275A9F4E**.